



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2021

1

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Interessados,

O ano de 2021 foi marcado pela união dos 52 anos de história da Prodesp com os 130 anos da Imprensa Oficial, em um processo de incorporação que resultou no nascimento de uma nova Prodesp, uma empresa com portfólio de serviços ampliado, mais robusta e melhor equipada para cumprir seu papel na jornada de transformação digital do Governo do Estado de São Paulo.

Em um cenário ainda sob forte impacto da pandemia da covid-19, que obrigou à manutenção da maior parte do efetivo profissional da companhia em home office, a Prodesp manteve o ritmo acelerado de entregas de soluções tecnológicas que contribuíram de forma significativa para o processo de evolução da gestão do Estado e do atendimento ao cidadão.

Nesse sentido, pode ser destacada a entrada em operação do centésimo posto do Poupatempo, na cidade de Junqueirópolis, número alcançado com a inauguração de 19 unidades no ano. Em formato mais compacto, com foco no digital e implantadas em parceria com as prefeituras, além de integradas ao Detran.SP, as novas unidades fazem parte do maior plano de expansão da história do programa, que apenas em 2021 anunciou 130 novos postos.

O avanço na digitalização de serviços públicos também se manteve em forte crescimento. De 116 serviços digitais em janeiro/2021, chegamos a 184 em dezembro/2021, colocados à disposição do cidadão no portal www.poupatempo.sp.gov.br, no aplicativo Poupatempo Digital e em totens de autoatendimento.

Com isso, cerca de 85% dos 58,8 milhões de atendimentos realizados pelo Poupatempo no ano se deram de forma digital. Em 2018, esse índice era de apenas 1%.

Um destaque importante no contexto da pandemia foi a disponibilização do conjunto de soluções integradas voltadas à gestão da vacinação contra o coronavírus no Estado de São Paulo: o portal www.vacinaja.sp.gov.br, para que o cidadão realizasse o pré-cadastro pela Internet, garantindo um atendimento até 90% mais rápido e evitando aglomerações nos locais de vacinação; o Vacivida, sistema online para registro nominal dos vacinados e que possibilita o rastreamento das doses aplicadas; o Vacinômetro, painel disponível no portal Vacina Já, que dá transparência ao andamento da imunização, e a Carteirinha Digital de Vacinação, disponibilizada no aplicativo Poupatempo Digital.

No período, entre várias outras entregas relevantes, podem ser destacadas ainda a plataforma Bolsa do Povo, que reúne diferentes programas estaduais de transferência de renda, simplificando o compartilhamento de informações e o repasse dos valores aos beneficiários; o Balcão Único da Juceesp, que unifica procedimentos de registro mercantil, possibilitando que empresas de baixo risco sejam abertas e legalizadas em poucos minutos; a Delegacia da Diversidade Online, funcionalidade da Delegacia Eletrônica que permite o registro pela Internet de ocorrências de intolerância ou preconceito de gênero, religião e raça; e o sistema de atendimento do Procon-SP, que passou a ser totalmente online, do primeiro contato até a audiência de conciliação, passando pela fiscalização e emissão de autos de infração e interposição de recursos.

Internamente, também contabilizamos resultados importantes, como a adoção de um novo Plano de Empregos, Salários e Carreiras, que deixa mais transparentes e objetivos os critérios e condições para evolução profissional dos colaboradores; os avanços nos trabalhos para garantir a conformidade da companhia em relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); e o início de implantação da Arquitetura do Futuro, programa que visa o reposicionamento estratégico e operacional da companhia mediante a adoção das melhores práticas mundialmente reconhecidas em quatro pilares - oferta de soluções para transformação digital; a reciclagem, capacitação e potencialização do conhecimento dos profissionais da companhia; a excelência nas entregas; e a eficiência operacional.

Cumpramos ressaltar que, como reflexo direto do volume de entregas realizadas no ano, a Prodesp apresentou faturamento recorde em 2021, alcançando uma receita bruta superior a R\$ 1,5 bilhão, o que corresponde a um crescimento de cerca de 58% em relação ao ano anterior. Já o resultado líquido aumentou em 228% no mesmo período.

São apresentados a seguir, de forma consolidada, esses e outros resultados da companhia em 2021. A íntegra do Relatório de Administração e de Sustentabilidade da Prodesp do referido ano encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas e demais interessados na Sede da empresa e na Internet, em www.prodesp.sp.gov.br.

Carlos André de Maria de Arruda
Diretor-Presidente

2

PROGRAMAS DE GOVERNO

Poupatempo

O ano de 2021 marcou a entrada em operação da centésima unidade do Poupatempo, na cidade de Junqueirópolis. O posto faz parte do maior plano de expansão da história do programa, com 130 unidades anunciadas em 2021. Mais modernas, compactas e focadas em serviços digitais multicanais, as novas unidades são implantadas em parceria com as prefeituras e integradas ao Detran.SP. Além do posto de Junqueirópolis, outros 18 foram inaugurados; e 112 foram autorizados e estão em fase de implantação. A digitalização de serviços teve forte incremento, saltando de 116 em janeiro/2021 para 184 serviços em dezembro/2021, disponíveis ao cidadão no Portal Poupatempo, no aplicativo Poupatempo Digital, que acumula 8,6 milhões de downloads desde seu lançamento em 2020, e em totens de autoatendimento. No ano, o Poupatempo realizou cerca de 58,8 milhões de atendimentos, sendo 50,2 milhões, cerca de 85%, de forma digital. Em 2018, o meio digital respondeu por apenas 1% do volume de serviços realizados pelo Poupatempo, passando para 3% em 2019, 38% em 2020, até chegar aos atuais 85%. Dos atendimentos digitais de 2021, 36,1 milhões foram feitos pelo aplicativo, 13,7 milhões pelos portais do Poupatempo e do Detran.SP e 292,1 mil pelos totens de autoatendimento. Entre os serviços digitais mais procurados no período estão a Carteira de Vacinação da covid-19 e a pesquisa de pontuação na CNH com, respectivamente, mais de 13 e de 11 milhões de atendimentos. Em 2021, pela sétima vez consecutiva, o Poupatempo foi destaque na pesquisa "O Melhor de São Paulo", realizada pelo Datafolha e divulgada pela Revista sãopaulo, conquistando o primeiro lugar na categoria Melhor Serviço Público. Pelo segundo ano seguido, também foi destaque no Prêmio iBest, figurando no TOP 3 dos Melhores do Brasil 2021 na categoria Governo, escolha do Juri da Academia iBest. (Secretaria de Governo)

Bolsa do Povo

Para operacionalizar o maior programa de assistência social e transferência de renda da história de São Paulo foi implantada a plataforma www.bolsadopovo.sp.gov.br, que reúne benefícios como Vale Gás, SP Acolhe, Ação Jovem, Auxílio Moradia, Bolsa Talento Esportivo e Renda Cidadã, entre outros. Baseada no uso de recursos tecnológicos como nuvem, big data, criptografia e processamento massivo de dados, a plataforma facilita o acesso do cidadão a informações sobre os programas e permite sua inscrição, caso seja elegível. Pelo lado do Estado, possibilita uma melhor gestão das ações governamentais de apoio à população em situação de vulnerabilidade. A Prodesp também ficou responsável pela postagem dos cartões do Bolsa do Povo, cujo desbloqueio pode ser feito diretamente na plataforma e que podem ser usados como um cartão de débito comum ou para saque em terminais do Banco do Brasil. No ano, foram encaminhados 360,4 mil cartões. A previsão é de que o programa beneficie 500 mil pessoas em situação de vulnerabilidade. O investimento previsto para o Bolsa do Povo em 2021 era de R\$ 1 bilhão em sete eixos programáticos - assistência social, educação, qualificação profissional, saúde, esporte, trabalho e habitação. (Secretaria de Governo)

SP Sem Papel

O sistema que está substituindo os processos em papel por processos digitais no Estado, com ganhos de eficiência, transparência, segurança, produtividade, sustentabilidade e redução de custos, foi implantado em novas instituições, entre elas, o Tribunal de Contas do Estado, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), a Fundação Padre Anchieta, o Metrô e o Hemocentro de Ribeirão Preto. Ao mesmo tempo, entrou em operação piloto, com a Artesp, o módulo Agente Externo, que permite que pessoas físicas e jurídicas não integrantes da administração estadual interajam com os órgãos do Governo do Estado de São Paulo para visualização e, desde que autorizados, para assinatura de documentos. Também foi implantada em caráter piloto versão customizada do Sem Papel nas prefeituras de Itanhaém e São Luiz do Paraitinga, para a produção e trâmite de documentos digitais municipais. A plataforma ainda ganhou funcionalidades para atribuição de prazo de assinatura dos documentos e criação de pin, uma segunda chave pessoal para assinatura e autenticação de documentos, desassociada da senha de acesso, conferindo maior segurança a todos os procedimentos. Foram disponibilizados ainda painéis gerenciais com informações sobre os documentos produzidos/capturados e suas movimentações. Em dezembro/2021, o SP Sem Papel já possuía 281 mil usuários, de 81 órgãos e entidades das administrações direta e indireta, e mais de 31 milhões de documentos cadastrados, totalizando 134 milhões de páginas, o equivalente a 645 toneladas de papel. A economia estimada para o Estado, considerando-se apenas impressão e papel, é de cerca de 99,5%. Uma economia que a rigor é ainda maior, uma vez que não estão computados nos cálculos os custos de armazenagem, que são infinitamente inferiores no meio digital, e os gastos com o transporte/postagem dos documentos físicos. (Secretaria de Governo)

Central de Dados do Estado de São Paulo (CDESP)

A integração de dados proporcionada pela CDESP permitiu apoiar pesquisas acadêmicas, em especial voltadas à área da Saúde e combate à pandemia da covid-19, disponibilizar informações sobre o andamento da imunização contra o coronavírus no Vacinômetro, a partir do Vacivida, e adotar plataforma de comunicação e interação com cidadãos beneficiários do programa Bolsa do Povo. A CDESP também possibilitou a adoção de mecanismo antifraude no Bolsa do Povo, por meio do cruzamento de dados para identificar, com base em recortes do CadÚnico, beneficiários fora dos critérios sociais exigidos pelos programas. Instituída pelo Decreto Estadual nº 64.790/2020, a CDESP é um repositório eletrônico de dados e informações gerados ou coletados pelos diferentes órgãos da Administração Pública estadual. Sua finalidade é aperfeiçoar a gestão de dados e informações necessários à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. A Prodesp é a responsável pelo desenvolvimento, implantação, sustentação, processamento e fornecimento do suporte tecnológico necessário para operação da CDESP. (Secretaria de Governo)

poupa tempo

Premiado pelo sétimo ano consecutivo no **Melhor de São Paulo**, ranking do Datafolha



BOLSA DO POVO
Facilidade para acesso a benefícios de assistência social



Sem Papel
+ de 31 milhões de documentos registrados em formato 100% digital





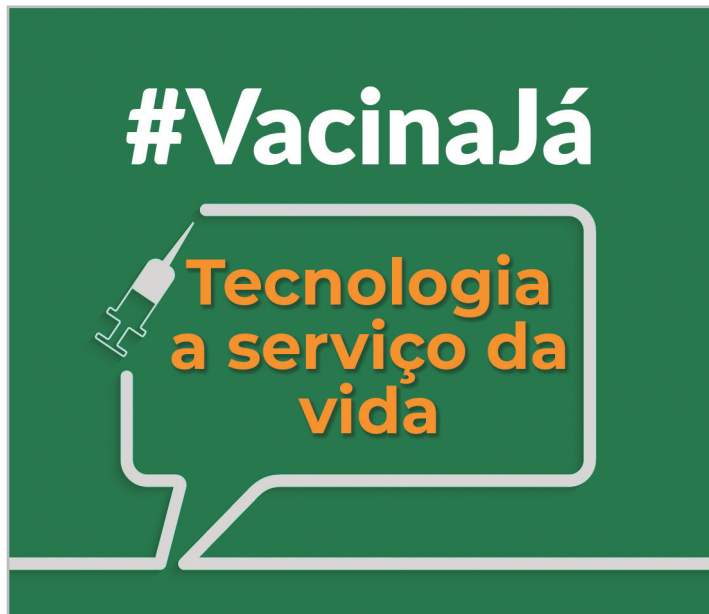
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2021

3

SOLUÇÕES SEGMENTADAS



Vacinação contra a covid-19

A gestão e operacionalização do processo de imunização contra a covid-19 no Estado de São Paulo contou com o suporte de um conjunto de soluções integradas composto pelo portal www.vacinaja.sp.gov.br, para que o cidadão fizesse o pré-cadastro pela Internet, garantindo um atendimento até 90% mais rápido e evitando aglomerações nos locais de vacinação; o Vacívda, sistema online para registro nominal dos vacinados pelos municípios e que assegura a rastreabilidade das doses aplicadas; o Vacinômetro, painel disponível no portal Vacina Já, que dá transparência ao andamento da imunização no Estado, e a Carteira Digital de Vacinação, disponibilizada no aplicativo Poupatempo Digital e no portal www.poupatempo.sp.gov.br, a qual também emite alerta de data da segunda dose e da dose de reforço da vacina, permitindo, inclusive, adicionar automaticamente essa data na agenda do celular. A Carteira Digital de Vacinação, que emite certificado de vacinação com garantia de autenticidade por meio de QR Code, conforme já mencionado, foi um dos serviços digitais mais utilizados no ano, com mais de 13 milhões de acessos. (Secretaria da Saúde/Secretaria de Comunicação)

Jucesp Digital

Dentro do processo de digitalização da Junta Comercial, novas ações foram implementadas para eliminação de processos físicos. Uma delas foi a disponibilização do Balcão Único, solução que torna mais ágeis a abertura e legalização de empresas no Estado de São Paulo. Dependendo do tipo de empresa e da aceitação de determinadas premissas pelo interessado, o processo pode ser feito de forma totalmente digital e gratuita em poucos minutos. A nova plataforma integra todos os procedimentos municipais, estaduais e federais necessários - viabilidade, registro, inscrição municipal e licenciamento. Em sua primeira fase, o Balcão Único possibilita a abertura de três categorias de empresas na cidade de São Paulo: Empresário Individual, Eireli e Ltda. A Capital responde por cerca de 34% das empresas abertas mensalmente no Estado. A desburocratização e a agilidade proporcionadas pelo Balcão Único contribuíram enormemente para a melhoria do ambiente de negócios do país, fomentando a geração de mais emprego e renda. Em outra frente, foram digitalizados os primeiros 30 milhões de páginas do acervo da Junta Comercial desde 1890. Em dois anos, deverão ser digitalizadas aproximadamente 104 milhões de páginas. A iniciativa, além de facilitar o acesso às informações, que serão disponibilizadas no site da Jucesp, preservará a história do empreendedorismo paulista e gerará grande economia aos cofres públicos. No ano foi implantado, ainda, no site da Jucesp, assistente virtual que auxilia os interessados no agendamento de atendimento, execução de serviços e obtenção de informações. (Junta Comercial de São Paulo)

Novo Ensino Médio, Além da Escola e Secretaria Escolar Digital

Para atendimento à legislação do Novo Ensino Médio, foi iniciada a adequação de sistemas e a implantação de novas funcionalidades na Secretaria Escolar Digital, assim como no aplicativo Minha EscolaSP. A nova proposta curricular permite que a partir do 2º ano do ensino médio os alunos escolham itinerários formativos, áreas onde tenham maior interesse para aprofundar e ampliar seus estudos sem ficar mais tempo na escola. As alterações na Secretaria Escolar Digital contemplaram, entre outros aspectos, a implementação do cadastro de itinerários, de questionário para o aluno indicar opções e de funcionalidade para oferta e escolha dos itinerários. Já para operacionalização do Além da Escola, iniciativa que visa expandir a carga horária dos estudantes dos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio usando os recursos do Centro de Mídias de São Paulo, com prioridade para os alunos mais vulneráveis, foi viabilizada a integração de sistemas da Secretaria da Educação com plataformas parceiras para, por exemplo, aprendizado de matemática e português e acesso a atividades por meio do Whatsapp. Em outra frente, teve andamento o processo de customização da Secretaria Escolar Digital para que os municípios também possam utilizar a solução em suas redes de ensino. (Secretaria da Educação)

Detecta, Ocorrências Policiais e Identificação Civil

Policiais civis e militares passaram a contar com um aplicativo para celular que deu agilidade e mobilidade nas consultas às informações do Detecta, como dados de veículos, CNH e de identificação civil e criminal, bem como ao recebimento de alertas de ocorrências emitidos pelo sistema. Já a implantação da Delegacia da Diversidade Online, funcionalidade da Delegacia Eletrônica, permite que ocorrências de intolerância de gênero, religião e raça sejam registradas pela Internet, sem necessidade de deslocamento da vítima até uma unidade policial. A iniciativa reforça as políticas públicas de proteção à diversidade no Estado de São Paulo. Também foram implantadas novas funcionalidades no Sistema de Identificação Civil para registro de habeas corpus preventivo concedido pela Justiça, permitindo o plantio de cannabis para fins medicinais, e para automatizar o confronto da biometria e a liberação de segundas vias de RGs com imagens no AFIS, acelerando a entrega do documento ao cidadão. Destaque ainda para a implantação de módulo que permite que as informações registradas pela Polícia Militar em uma ocorrência sejam automaticamente enviadas para a Polícia Civil, onde são reaproveitadas para a elaboração do B.O., agilizando a produção do documento e, em consequência, a liberação dos policiais que atenderam a ocorrência. O módulo ainda mantém os números dos dois boletins correlacionados, facilitando consultas futuras. (Secretaria da Segurança Pública)

Habilitação e Veículos

Os documentos de registro, licenciamento e transferência de veículos em papel foram substituídos por versões 100% digitais: o Certificado Digital de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e), que unificou em um único documento dados de propriedade (CRV) e de licenciamento (CRLV), e a Autorização Digital para Transferência de Propriedade do Veículo (ATPV-e), que antes vinha no verso do CRV, e é válida para veículos registrados a partir de janeiro/2021. De acordo com o novo Código de Trânsito Brasileiro, também foi implantada solução para que os condutores possam, caso desejem, optar pelo recebimento digital das multas de trânsito, o que permite o pagamento com desconto de 40% sobre o valor devido.

Do mesmo modo, passou a ser possível por meio dos canais digitais a solicitação do início de cumprimento da suspensão da CNH, desde que o interessado renuncie à defesa ou se todos os recursos forem indeferidos. Houve, ainda, a integração com empresas de tecnologia credenciadas pelo Detran.SP para permitir que os centros de formação de condutores ofertem cursos e provas de reciclagem para motoristas com a CNH suspensa. Já a implantação do desbloqueio automático da CNH de condutor penalizado, após este cumprir a penalidade, fazer o curso de reciclagem e ser aprovado, eliminou a necessidade de comparecimento do interessado a uma unidade de trânsito com essa finalidade. (Detran.SP)

Procon Digital

Todo o atendimento de defesa do consumidor já pode ser feito de forma online, do primeiro contato até a audiência de conciliação, passando pela fiscalização, emissão de autos de infração, interposição de recursos e acompanhamento das demandas. Com a implantação do novo Sistema de Atendimento Digital do Procon.SP, consumidores e empresas ganharam um canal direto de interação, mais intuitivo, moderno, prático e transparente, que torna os processos e procedimentos menos burocráticos, agilizando seu trâmite. De julho/2021, início de operação do sistema, a dezembro/2021, cerca de 498 mil atendimentos foram realizados por meio da plataforma, com mais de 439 mil consumidores cadastrados e aproximadamente 143 mil processos administrativos em andamento ou concluídos. Também foi implantado canal de denúncias para o programa Procon.SP Ambiental. Por meio desse canal, disponível em www.procon.sp.gov.br, qualquer pessoa pode encaminhar denúncias relacionadas à compra e venda ilegal de madeira nativa do território paulista. (Procon.SP)

Telemedicina e Vigilância Sanitária

Catorze hospitais da região metropolitana de São Paulo e do Vale do Ribeira, além da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (Cross), passaram a contar com serviço de telemedicina para interconsultas, que permite ao médico do paciente, por meio de videoconferência, consultar a distância um médico especialista. Entre os benefícios das interconsultas estão a ampliação do acesso às especialidades médicas, agilizando diagnósticos, tomadas de decisão e encaminhamentos, bem como reduzindo a necessidade de deslocamento dos pacientes. O Sistema de Informação em Vigilância Sanitária (Sivisa) foi dotado de recurso para a assinatura digital da documentação relativa a fiscalizações, inclusive pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), quando necessário. Tais documentos também passaram a receber um QR Code, o que permite ao fiscalizado, ao recebê-los, verificar sua autenticidade na Internet. (Secretaria da Saúde)

Defesa Agropecuária e Rotas Rurais

Com a finalidade de garantir um controle efetivo sobre a ferrugem asiática, doença que ataca as plantações de soja, foi implantado módulo no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (Gedave) para monitoramento da ocorrência da praga no Estado, fiscalização quanto ao cumprimento dos períodos de vazão sanitário - quando é proibido manter nas lavouras plantas vivas de soja - e do calendário de sementeira, além dos cultivos autorizados em caráter excepcional. Outro módulo desenvolvido para o Gedave no período, com previsão de implantação no início de 2022, destina-se ao controle de vigilância epidemiológica, trânsito e destinação de carcaças de javali. Com o intuito de melhorar a mobilidade em espaços rurais, foi iniciado o desenvolvimento do Rotas Rurais, uma plataforma acessível pela Internet e baseada em geolocalização. Para tanto, está sendo realizado o mapeamento das propriedades - latitude e longitude das porteiras -, roteamento das estradas rurais e integração dessas informações a soluções de navegação. O Rotas Rurais facilitará o deslocamento de pessoas, o escoamento da produção, o recebimento de insumos, e o acesso a serviços de emergência e de segurança, entre outros benefícios. (Secretaria de Agricultura e Abastecimento)

Compras Públicas e Arrecadação Tributária

O Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Registro de Preços (e-GRP), que compõe o ambiente da Bolsa Eletrônica de Compras, ganhou um módulo de intenção de registro de preços, no qual as unidades compradoras do Estado podem indicar interesse em participar das atas. O Sistema de Parcelamento de Débitos do ICMS, por sua vez, além de passar a contar com funcionalidade para reativação de parcelamentos baixados, dispensando a necessidade de um novo acordo, foi integrado ao Sistema Conta Fiscal do Auto de Infração e Imposição de Multa para automatizar os processos de inscrição na dívida ativa e o retorno do saldo de parcelamento, dando maior celeridade à cobrança dos débitos. O sistema responsável pela emissão do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE) foi ajustado para oferecer ao contribuinte a possibilidade de pagamento de impostos, taxas e parcelamentos via PIX com o uso de QR Code. O Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (Caufesp) recebeu um módulo para upload das certidões necessárias à validação cadastral, dispensando o envio físico dos documentos à unidade cadastradora por parte dos interessados em licitar e contratar com os órgãos estaduais. (Secretaria da Fazenda e Planejamento)

Pagamento de Débitos Inscritos na Dívida Ativa

Para viabilizar os programas de parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa relativos ao IPVA de 2017 a 2020 e ao ICMS de 2020, que totalizam cerca de R\$ 4,5 bilhões, foi realizada a parametrização dos sistemas que permitem a adesão dos contribuintes. A iniciativa fez parte das ações do Estado para a recuperação financeira em meio à pandemia e teve como público-alvo 27 mil contribuintes do ICMS e mais 1,4 milhão do IPVA, entre eles pessoas físicas e micro e pequenas empresas, que puderam fazer acordos para quitar seus débitos com descontos de até 40% nos juros e nas multas. Em parceria com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção São Paulo (IEPTB-SP) foi disponibilizado para o contribuinte paulista a possibilidade de liquidar seus débitos inscritos na dívida ativa e protestados por meio de transferência bancária ou boleto emitido no site www.protestosp.com.br.

Com isso, é possível liquidar os débitos e obter o cancelamento do protesto em um único ato, de forma segura, sem a necessidade de sair de casa. Caso prefira, o contribuinte continua com a alternativa de emitir o DARE no site www.dividaativa.pge.sp.gov.br para pagamento de sua dívida. (Procuradoria Geral do Estado)

Outras Soluções

- Início do desenvolvimento de uma nova versão, mais robusta e com novas funcionalidades, do LoginSP, autenticador que prevê identidade digital única ao cidadão para interação com diferentes órgãos estaduais. (Secretaria de Governo)
- Manutenção evolutiva do Sistema da Rede Paulista de Ouvidorias, com melhoria da navegação, da acessibilidade para portadores de deficiência visual e do algoritmo de buscas, entre outras. (Ouvidoria Geral do Estado)
- Implantação do novo site do Coetic, entidade responsável por analisar e aprovar políticas públicas relacionadas ao uso das TIC pelos órgãos do Estado. (Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação)
- Criação de área no site do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo para realização de exposições virtuais, permitindo que o cidadão continuasse tendo acesso a obras de arte dos Palácios dos Bandeirantes e da Boa Vista durante a pandemia. (Secretaria de Governo)
- Atualização da plataforma SOS Mulher, que oferece serviços e orientações voltados a mulheres em situação de vulnerabilidade, com a criação de uma área de notícias e de novo espaço para a disponibilização de material de apoio. (Secretaria da Justiça e Cidadania)
- Disponibilização de ferramenta para que os municípios paulistas informassem de forma online a quantidade de peças arrecadadas na Campanha Inverno Solidário. (Fundo Social de São Paulo)
- Implantação de melhorias evolutivas no sistema online de cadastro e acompanhamento de doações recebidas pelo governo para enfrentamento à covid-19 e suas consequências. (Secretaria de Governo)
- Desenvolvimento de sistema que dará aos mutuários de programas habitacionais do Estado a opção de receber a cobrança de suas parcelas do financiamento por meio de boleto digital (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU)
- Integração do Sistema das Varas de Execuções Criminais e do Sistema de Inteligência de Informações (Intinfo) com Secretaria Estadual da Segurança Pública, possibilitando a obtenção online de dados policiais e de processos criminais. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo)
- Incremento de funcionalidade no sistema de Auditoria Eletrônica do Estado de São Paulo (Audesp) para prestação de contas de atos de pessoal relacionados à reforma militar. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo)
- Implantação de rotina no Sistema de Pagamento de Peritos para pagamento de perícias médicas realizadas pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc). (Defensoria Pública)
- Disponibilização do sistema do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), para que os municípios paulistas informem seus programas, projetos, ações, desembolso e outras informações relacionadas à proteção social para o quadriênio 2022-2025. (Secretaria de Desenvolvimento Social)
- Desenvolvimento de funcionalidade que permite o uso de certificado digital para validar documentos de projetos que buscam captar recursos por meio da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte. (Secretaria de Esportes)
- Implantação do Via Rápida Virtual na plataforma que oferece cursos gratuitos de qualificação profissional, com ensalamento automático dos alunos junto à Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)
- Criação de rotina para emitir ofícios de convocação de réus presos para o mutirão de perícias de medicina legal, que estavam acumuladas em função da pandemia. (Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - Imesc)
- Implantação de sistema para monitorar e acompanhar casos de covid-19 na comunidade escolar - alunos, professores e servidores. (Secretaria da Educação)
- Disponibilização de sistema que permitiu ao cidadão participar das audiências públicas para elaboração do orçamento do Estado de 2022, votando e encaminhando sugestões de forma online para a formulação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). (Secretaria de Orçamento e Gestão)
- Integração do processo de primeiro emplacamento de veículo com a Secretaria da Fazenda, possibilitando a validação automática dos dados com a nota fiscal eletrônica e o pagamento online dos tributos, sem a necessidade de emissão de boleto. (Detran.SP)
- Implantação de novas funcionalidades no módulo de fiscalização do sistema Via Fácil Bombeiros relativas às penalidades de multa e cassação de licença; e informatização do processo de análise e emissão de parecer pela Comissão Técnica Ordinária. (Corpo de Bombeiros)
- Adoção de login e senha no Sistema de Informações ao Cidadão (SIC.SP) facilitando a verificação do histórico/accompanhamento de demandas e a entrada de recursos por parte dos interessados, além de implantação de funcionalidade que emite alerta por e-mail a respeito de decisões de recursos às segunda e terceira instâncias (Arquivo Público do Estado)
- Atualização e customização do Sistema de Planejamento e Acompanhamento de obras da extinta Dersa, envolvendo módulos destinados à gestão de contratos, medições, desapropriações e reassentamento, entre outros, para sua transferência ao DER. (Departamento de Estradas de Rodagem)



| Secretaria de Governo



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2021

4

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OPERACIONAIS

Data Center

Para viabilizar a integração do data center da Sede da Prodesp, em Taboão da Serra, com o data center que pertencia à Imprensa Oficial, incorporada a partir de agosto/2021, foi implementada solução de conectividade de alta performance, com velocidade ponto a ponto de 10 Gbps. Com a interligação será possível a replicação de dados, permitindo que o data center que era da Imprensa Oficial, localizado na Mooca, funcione como contingência do data center de Taboão da Serra para serviços de missão crítica. A mesma solução de conectividade foi adotada para expandir a capacidade de acesso a serviços em nuvens públicas, em substituição às conexões via VPN de 1,5 Gbps. A iniciativa consolida a Prodesp como provedora de soluções em nuvem, condição essencial para suprir as demandas geradas pelo avanço acelerado da transformação digital do Estado. Teve início o processo de atualização do ambiente de mainframes para novas versões das plataformas, tendo em vista sua modernização tecnológica e ganhos de performance. Após passar por auditoria externa, o data center da Sede manteve as certificações ISO 9001, 14001 e 20000 e foi recertificado na ISO 27001, relativa à Segurança da Informação, mesma certificação conquistada pela primeira vez pelo data center da Mooca.

Intragov VoIP

Os serviços de telefonia digital sob gestão da Prodesp continuaram em expansão em 2021. O número de terminais conectados cresceu cerca de 24%, passando de 38 mil dispositivos em janeiro/2021 para 47 mil em dezembro/2021. Os trabalhos para realização de nova licitação para os serviços de telefonia digital via Intragov tiveram continuidade, com destaque para a consulta pública realizada em agosto/2021. Além de o custo da telefonia digital ser consideravelmente menor quando comparado à tecnologia convencional, nas ligações intragoverno, entre os órgãos que fazem uso da Intragov VoIP, esse valor é zero.

Teleaudiências Criminais

A infraestrutura para teleaudiências criminais na rede prisional paulista foi modernizada e ampliada. Uma nova solução tecnológica, mais compacta e econômica, permitiu ampliar de 65 para 661 os pontos de teleaudiência, contemplando mais de 170 penitenciárias, presídios e centros de detenção provisória. As teleaudiências possibilitam que a Justiça realize oitivas de réus presos a distância, reduzindo custos com transporte e eliminando riscos de fuga no trajeto entre a unidade prisional e o fórum (Secretaria de Administração Penitenciária).

Produtividade e Colaboração

A plataforma de e-mail, chat, reuniões virtuais e outras ferramentas de colaboração utilizada pela Prodesp e 66 clientes, a exemplo do que já ocorrera no ano anterior, foi fundamental para garantir o trabalho remoto no âmbito da administração pública estadual, em especial nos momentos mais agudos da pandemia. Totalmente na nuvem e mobile, a solução melhora a comunicação e agiliza atividades, tornando o dia a dia corporativo mais produtivo. Em 2021, foram contabilizadas na plataforma cerca de 30,8 milhões de mensagens instantâneas, 200,3 milhões de mensagens de e-mail e realizadas 482 mil chamadas de voz e mais de 1,4 milhão de reuniões por videoconferência.

Diário Oficial do Estado

Outra atividade sob responsabilidade da Prodesp a partir da incorporação da Imprensa Oficial é a edição do Diário Oficial do Estado. Publicado exclusivamente em versão digital desde junho/2017, o DOE contabilizou 25,3 milhões de acessos em 2021 - 8,8 milhões de visitantes únicos -, com 611,7 milhões de páginas visualizadas, o que corresponde a uma média de 1,6 milhão de visualizações/dia.

Certificação Digital

Com a incorporação da Imprensa Oficial, a Prodesp tornou-se uma autoridade certificadora de primeiro nível, credenciada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), estando apta a emitir certificados digitais para pessoas físicas e jurídicas e certificados SSL, que autenticam a identidade de um site e possibilitam conexão criptografada entre o servidor e o navegador web. Em 2021, foram emitidos para pessoas físicas e jurídicas 58 mil certificados ICP-Brasil.

Editora

Sete títulos foram publicados em 2021, antes da incorporação da Imprensa Oficial pela Prodesp: Dicionário Machado de Assis - 2ª ed. Revista e atualizada - coedição com a Academia Brasileira de Letras; Escritos sobre Arte - 3ª edição; Passagens - 3ª reimpressão - coedição com a UFMG; Bocage, o perfil perdido; Martins Fontes: obra poética para o nosso tempo - Coleção APL v. 8 - coedição com a Academia Paulista de Letras; Nuto Sant'Anna: a poética do desencanto - Coleção APL v. 6 - coedição com a Academia Paulista de Letras; e Washington Luís: um estadista adiante de seu tempo - Coleção APL v. 7 - coedição com a Academia Paulista de Letras.

Serviços Operacionais

O volume dos serviços operacionais manteve-se em patamar expressivo em 2021. Entre outros serviços executados no ano, podem ser mencionados o envio de 94 milhões de SMS relativos a assuntos como agendamento e retirada de documentos no Poupapempo; a emissão de 4,8 milhões de CNHs e de 3,2 milhões de RGs; a impressão de 63,8 milhões de páginas referentes a notificações de IPVA na Dívida Ativa, do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), do Detran.SP e de boletos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU); a digitalização de 117,3 milhões de documentos de órgãos como Junta Comercial de São Paulo (Jucesp), São Paulo Previdência (SPPrev) e Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe); a realização de 3,9 milhões de coletas biométricas para emissão de CNH e RG; a microfilmagem de 6,1 milhões de documentos do DER, Detran.SP e da Defensoria Pública; o processamento de 903 folhas de pagamento, sendo 138 da administração centralizada e 765 da descentralizada; e a instalação de 12,1 mil pontos de rede, entre lógica e elétrica.

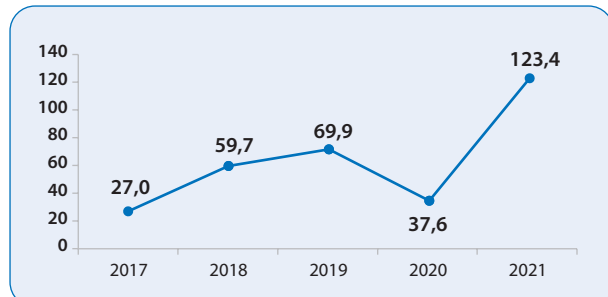
5

GESTÃO EMPRESARIAL

Aspectos Econômico-Financeiros

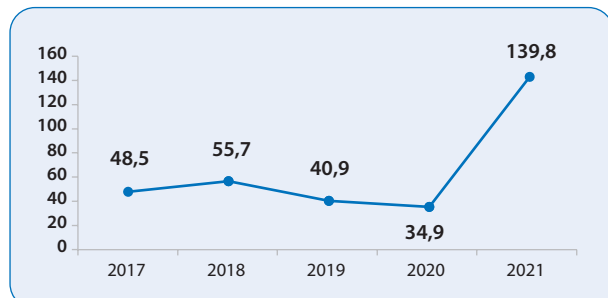
Resultado Líquido

O resultado líquido alcançou o montante de R\$ 123,4 milhões, um aumento de 228,2% em relação a 2020, o que evidencia o esforço contínuo da administração para redução dos custos dos serviços prestados e das despesas administrativas, bem como o aumento das receitas referentes a novos serviços prestados, inclusive os advindos da incorporação da Imprensa Oficial.



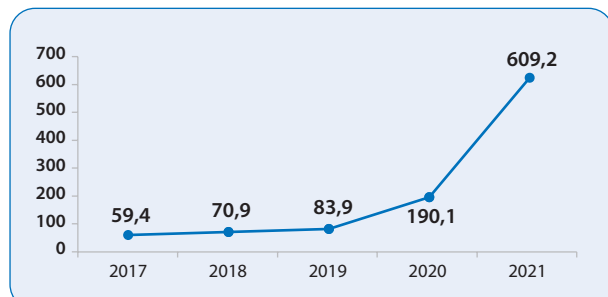
Investimentos

Os investimentos em 2021 alcançaram R\$ 139,8 milhões, um crescimento de 300,6% em relação ao ano anterior, ocasionado pela baixa nos investimentos em 2020, devido ao impacto da instabilidade econômica agravada pela covid-19, além do aumento em 2021 pela incorporação da Imprensa Oficial e novas demandas de serviços prestados.



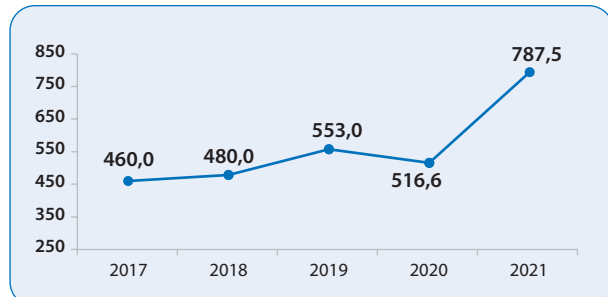
Geração Operacional de Caixa

No exercício de 2021, a geração de caixa operacional foi de R\$ 609,2 milhões, o que representa um acréscimo de 220,5% em relação ao ano anterior, devido à boa gestão da administração nas receitas operacionais e nos custos a ela atrelados.



Produtividade Média por Empregado

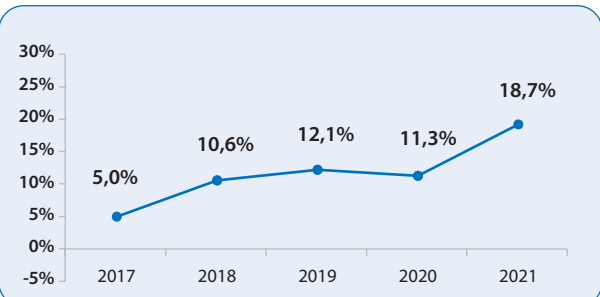
A Produtividade Média por Empregado cresceu cerca de 52,4% em relação a 2020. A variação ocorreu em função do aumento de 227,7% na receita líquida, enquanto o quadro de funcionários aumentou apenas 3,1%, em conformidade com o Decreto Estadual nº 64.069/19. Nos últimos cinco anos, o crescimento acumulado da Produtividade Média por Empregado foi de 71,2%.



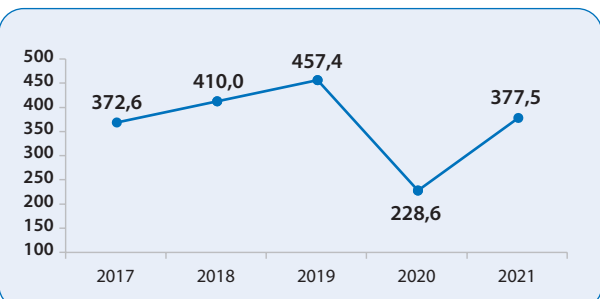
Indicadores Financeiros

A evolução dos indicadores financeiros no exercício de 2021 é reflexo dos ganhos de produtividade e está atrelada ao rigor no acompanhamento de todo o ciclo financeiro da companhia. O histórico mostra resultado sólido como fruto do comprometimento com uma gestão financeira saudável, capaz de garantir o atendimento às demandas dos diferentes stakeholders.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido



Capital de Giro Líquido



Outros Resultados

Gestão Financeira

Diferentes ações de racionalização e redução de despesas, desencadeadas no triênio 2019-2021 e com reflexos ao longo do tempo, estão proporcionando expressiva economia para a empresa. Entre as principais iniciativas, destaque para a gestão de recursos humanos, com a redução de empregos permanentes e comissionados, entre outras ações, que proporcionou uma economia de mais de R\$ 92,2 milhões; e a renegociação de 96% dos contratos com fornecedores (457 contratos), por meio da redução de reajustes, diminuição do escopo ou obtenção de descontos, que gerou uma economia de R\$ 166,9 milhões. Já nos processos licitatórios realizados pela companhia no mesmo período, a diferença a favor da Prodesp entre os preços estimados para as contratações e os valores efetivamente contratados superou a casa dos R\$ 823 milhões.

Incorporação da Imprensa Oficial

Em 2 de agosto/2021 foi concluída a incorporação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp) pela Prodesp, nos termos da Lei estadual nº 17.056/2019 e do Decreto nº 64.418/2019. Com isso, foram agregados ao portfólio da companhia os serviços de publicação do Diário Oficial do Estado, de emissão de certificados digitais para pessoas físicas e jurídicas e certificados SSL, e de gerenciamento eletrônico de documentos, que inclui digitalização, controle, armazenamento e recursos para recuperação de informações. Também foi agregada a editora da Imprensa Oficial, que, após análise estratégica, deverá ser repositada no mercado em consonância com o core business da Prodesp. A incorporação exigiu a integração de procedimentos, processos de negócios, funções comerciais e administrativas e de recursos humanos. A estrutura da Prodesp foi reorganizada, com destaque para a criação das gerências de Planejamento e de Segurança da Informação. Também foi aprovado e adotado um novo Plano de Empregos, Salários e Carreiras.

Arquitetura do Futuro

Com fundamento nas diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, entre elas a inovação, bem como em seu objetivo estratégico, que estabelece como meta uma administração pública mais moderna e eficiente, foi concebido e iniciada a implantação do Programa Arquitetura do Futuro, que visa o reposicionamento estratégico e operacional da companhia. O propósito é tornar a Prodesp uma empresa de pronta resposta e excelência na prestação de serviços de TI, de forma a garantir os resultados esperados pelo Governo do Estado de São Paulo em sua jornada de transformação digital. Para tanto, a Arquitetura do Futuro preconiza a busca por competências multidisciplinares, melhor gestão operacional e financeira, além da oferta de serviços de alta tecnologia e relevância para os clientes, mediante a adoção das melhores práticas mundialmente reconhecidas em quatro pilares - oferta de soluções para transformação digital; a reciclagem, capacitação e potencialização do conhecimento dos profissionais da companhia; a excelência nas entregas; e a eficiência operacional.

Plano de Empregos, Salários e Carreiras

A Comissão de Política Salarial do Governo do Estado de São Paulo aprovou em julho/2021 a nova estrutura de empregos da Prodesp, com as respectivas tabelas salariais, os critérios e os requisitos para a evolução profissional e salarial dos empregados. O Plano de Empregos, Salários e Carreiras da Prodesp (PESC) atualizou e unificou os Planos de Cargos, Salários e Carreiras da Prodesp e da Imprensa Oficial, ambos datados de 1997. O novo plano dá transparência a parâmetros e critérios tangíveis e objetivos para a evolução profissional dos empregados, mediante progressões (evolução horizontal) e promoções (evolução vertical). O plano estabelece um quadro de empregos permanentes - composto de duas carreiras de nível superior, uma da área de TI e outra da área administrativa, três carreiras de nível técnico e carreiras específicas para profissões regulamentadas, como advogado, arquiteto, engenheiro e médico do trabalho - e um quadro de empregos de livre provimento, que são de natureza transitória e seu vínculo tem origem na relação de confiança com a autoridade designante. O PESC passa a ser a base da política de gestão de recursos humanos da companhia.

Transformação Digital Corporativa

O processo de digitalização dos processos e procedimentos corporativos teve continuidade em 2021. Entre os avanços do período, está a implantação do Sistema de Gestão de Pessoas, solução que vai integrar informações dispersas em diferentes sistemas, como ponto, benefícios, cargos e salários, medicina do trabalho e administração de pessoal, facilitando as atividades da área de recursos humanos e mudando a experiência do funcionário no tratamento de assuntos correlatos. Inicialmente, além de eliminar o trâmite de papel nas marcações e recebimento dos avisos de férias, o sistema permite consultar demonstrativos de pagamento e informações cadastrais e de contrato de trabalho, entre outras. Também foram implantados os primeiros módulos do Sistema de Integridade, que possibilitam o mapeamento, cadastro e classificação dos riscos e controles da empresa com sua associação à legislação correspondente. No ano, o sistema já suportou o mapeamento de riscos e planos de ação associados à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), ao processo de incorporação da Imprensa Oficial e à segurança da informação. Ao mesmo tempo, foram mapeados e adequados para tramitação no SP Sem Papel 19 novos fluxos documentais relacionados, por exemplo, à LGPD, como o de Resposta a Incidentes de Segurança e o de Atendimento de Solicitação de Titular de Dados. Os gestores e fiscais de contratos com fornecedores, por sua vez, passaram a contar com o sistema Agiliza, um BI que, além de fornecer dados estatísticos e fácil acesso a detalhes dos termos vigentes, monitora as ações necessárias às prorrogações contratuais, inclusive com a emissão de alertas de prazos. Já com a Central de Documentos, um portal com ferramenta de BI, ficou mais simples localizar e consultar documentos corporativos como normas, regimentos, políticas, procedimentos e instruções de trabalho.

Estrutura Organizacional

A estrutura corporativa passou por alterações que contemplaram a reorganização de áreas e atribuições, mudanças de nomenclatura e a absorção de atividades decorrentes da incorporação da Imprensa Oficial. A nova estrutura também reflete o recém-implantado Plano de Empregos, Salários e Carreiras (PESC). Entre as principais novidades, pode ser mencionada a criação de uma Superintendência Institucional, vinculada à Presidência, que reúne as novas Gerências de Planejamento e de Secretaria Geral e Governança, além da Gerência de Comunicação e da Ouvidoria Sede/Poupapempo e SIC. Outras duas novas unidades foram instituídas para assumir serviços incorporados da Imprensa Oficial: a Gerência Editorial, subordinada à Presidência, que tem sob sua responsabilidade o Diário Oficial do Estado; e a Gerência de Operações de Certificação Digital. Destaque ainda para a criação de uma Gerência de Segurança da Informação, diretamente vinculada à Diretoria de Operações.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Os trabalhos para garantir a conformidade da Prodesp à LGPD (Lei federal nº 13.709/2018) avançaram em diferentes frentes. Uma das principais ações nesse sentido foi a criação do Programa de Governança em Privacidade. Além disso, merecem destaque, ainda, o mapeamento de riscos e a elaboração de planos de ação; o aprofundamento do entendimento das legislações federal e estadual; o alinhamento com entidades externas, como a Secretaria de Governo e a Procuradoria Geral do Estado; a identificação da situação atual, com inventários de dados, de segurança da informação e de governança de dados; o estabelecimento dos alicerces (políticas, normas e procedimentos, fluxos de atendimento e modelos de documentos); a promoção de ações de treinamento e conscientização de colaboradores; o início da adequação dos contratos com clientes e de sistemas; o desenvolvimento de documentos como Termos de Uso e de Confidencialidade, Política de Privacidade, Relatório de Impacto de Proteção de Dados, Termos de Referência e Registro das Atividades de Tratamento. A LGPD também passou a integrar o rol de temas tratados no processo de certificação anual dos colaboradores no Código de Conduta e Integridade da Prodesp.



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2021

Plano de Negócios 2022 e Estratégia de Longo Prazo

Considerando as diretrizes do Governo de São Paulo, bem como os seus objetivos descritos no Plano Plurianual do Estado para o período 2020-2023, a Prodesp reafirmou as linhas mestras que norteiam sua atuação, que são a excelência em soluções de TIC, mediante a construção de jornadas digitais compatíveis com as necessidades e condições de seus clientes; a transformação digital do Estado, com o propósito de torná-lo cada vez mais integrado, transparente, dinâmico e efetivo; e a gestão corporativa eficiente, com a promoção das adequações necessárias em processos, sistemas e cultura, além do desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais dos colaboradores. Quanto ao Plano de Negócios 2022, este elenca, entre outros projetos estratégicos, a modernização de canais e a implantação de nova plataforma de atendimento do Poupatempo; a expansão e sustentação da Central de Dados do Estado de São Paulo (CDESP); a consolidação do sistema de gerenciamento do programa Bolsa do Povo; a expansão do acesso da população às redes de comunicação; a implantação do Histórico Clínico Digital no sistema estadual de saúde; a instituição de uma fintech voltada ao atendimento de políticas públicas do Governo do Estado de São Paulo; a implantação do novo Diário Oficial do Estado; e a estruturação do primeiro laboratório de cibersegurança de governo no País. Elaborado em atendimento à Lei federal nº 13.303/2016, o Plano de Negócios 2022 e a Estratégia para o período 2022-2026 foram aprovados pelo Conselho de Administração em dezembro/2021.

Satisfação dos Clientes

A satisfação dos clientes com a Prodesp, medida anualmente por meio de pesquisa conduzida por instituto independente, evoluiu tanto na nota geral, que passou de 7,71 em 2020 para 7,85 em 2021, quanto na média da avaliação de atributos como equipe de atendimento, qualidade dos serviços prestados, conhecimento da equipe, postura, recursos e prazos, que variou de 7,99 para 8,09. Essa foi a décima quarta medição da satisfação do cliente. Os indicadores de imagem da companhia evoluíram em todos os aspectos avaliados em relação ao ano anterior, como competência, cuja nota variou de 8,17 para 8,23; comprometimento, de 8,10 para 8,22; confiabilidade, de 8,46 para 8,61; e inovação, de 7,27 para 7,42. Paralelamente, foi realizada também, pela segunda vez, pesquisa qualitativa sobre transformação digital, com a finalidade de identificar a visão do cliente sobre o tema e como ele percebe o papel da Prodesp no processo. Entre as constatações, estão as de que os produtos e serviços oferecidos pela Prodesp têm credibilidade junto aos clientes, que a evolução da empresa nos últimos anos é patente e que a companhia é considerada protagonista no desafio de transformação digital do Estado. Para 95,2% dos respondentes, a Prodesp pode apoiar na transformação digital de suas organizações.

MAIS Saber

O programa de incentivo à busca de conhecimento e aprimoramento de habilidades profissionais por meio de cursos a distância, lançado no ano anterior como forma de manter a capacitação dos colaboradores em meio à pandemia, contou com 776 participações em 2021. Todos gratuitos, os cursos ofertados no programa são selecionados com base na adequação do conteúdo aos objetivos estratégicos da empresa e na seriedade da instituição de ensino.

Nova logomarca

Para representar e consolidar o novo momento vivido pela empresa, com a incorporação da Imprensa Oficial, foi desenvolvida uma nova logomarca constituída pelo nome Prodesp acompanhado, à esquerda, de um elemento gráfico formado por três esferas interconectadas, dispostas de modo a sugerir a formação de uma seta, evocando valores com direção, modernidade, dinamismo, força e integração. Também foi criado um slogan para uso conjunto com a marca: Sua conexão com o futuro.

Já as novas cores corporativas remetem ao universo tecnológico, no qual a empresa está inserida. Simbolicamente o conjunto passa a mensagem de que a Prodesp usa seu conhecimento para aproximar o futuro do presente, participando de modo ativo da transformação digital da gestão do Estado e do seu relacionamento com o cidadão.

Avaliação dos Administradores

Em atendimento à Lei federal nº 13.303/2016 e à Deliberação Codec 004/2019, a Prodesp procedeu à avaliação coletiva e individual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. O processo de avaliação seguiu a metodologia e os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado. Os conselheiros de administração fizeram a avaliação coletiva do próprio colegiado e sua autoavaliação individual, bem como a avaliação coletiva da Diretoria Executiva. O Diretor-Presidente, que é membro do Conselho, não participou da avaliação coletiva da Diretoria. Os diretores fizeram sua autoavaliação individual. Realizadas de forma eletrônica, as avaliações contemplaram, tanto para o Conselho quanto para a Diretoria, as seguintes dimensões: exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação; a contribuição para o resultado do exercício; e a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo. No caso específico do Conselho, foram avaliados ainda o seu funcionamento e conhecimento técnico da companhia; e no da Diretoria, sua interação com o Conselho de Administração. Todas as notas, na escala de 1 a 4, foram atribuídas individualmente e tabuladas de forma a se obter a média em cada dimensão e, a partir destas, a média final em cada uma das avaliações, conforme quadro a seguir:

Avaliação	Média Final
Conselho de Administração (Avaliação do colegiado pelos Conselheiros de Administração)	3,63
Conselho de Administração (Autoavaliação individual dos Conselheiros de Administração)	3,70
Diretoria Executiva (Avaliação do colegiado pelos Conselheiros de Administração, exceto o membro diretor-presidente da companhia)	3,53
Diretoria Executiva (Autoavaliação individual dos Diretores)	3,63

Pela régua de conceitos estabelecida na Deliberação Codec 004/2019, o resultado final de todas as avaliações está na faixa em que a atuação dos administradores, de forma colegiada ou individual, supera as expectativas legais e estatutárias. Com exceção de dois conselheiros e um diretor que tomaram posse em agosto/2021, todos os demais administradores - cinco conselheiros, o diretor-presidente e dois diretores - passaram pelo processo de avaliação, que ocorreu entre 25 de agosto e 8 de setembro de 2021 e foi conduzido internamente pela Ouvidoria Prodesp/Poupatempo, com apoio da Coordenadoria de Governança. O processo de avaliação foi analisado pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, que verificou sua conformidade, em especial no que se refere ao disposto na Deliberação Codec 004/2019.

Reformas das Instalações da Sede

As obras de recuperação e manutenção do prédio da Sede prosseguiram com a conclusão da impermeabilização de cerca de 2,3 mil metros quadrados da laje de cobertura, tendo em vista a eliminação de infiltrações; e o início do tratamento de aproximadamente 12 mil metros quadrados de estruturas internas e externas, para correção de patologias do concreto e ferragens, além de melhoria do aspecto visual da edificação. Também foi construído banco de dutos com 350 metros lineares para linha elétrica de média tensão e circuitos de comunicação de fibra óptica entre a portaria da empresa e a galeria técnica do prédio.

Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Em 2021 a já tradicional campanha solidária Adote um Sorriso, realizada anualmente na época do Natal, arrecadou entre colaboradores da Prodesp e do Poupatempo 1440 kits, contendo itens como brinquedos e roupas, e 1226 peças de vestuário e calçados, que foram doados a 47 instituições. A Campanha Doe Sangue, por sua vez, realizada em parceria com a Fundação Pró-Sangue (Hemocentro de São Paulo) coletou 40 bolsas, quantidade suficiente para atender, em média, cerca de 160 pessoas. Seiscentas lâmpadas fluorescentes, de espaços como o estacionamento e a recepção da Sede da empresa, foram substituídas pela tecnologia led, mais econômica, eficiente e ambientalmente correta. Os patrocínios e doações da companhia, com base em leis de incentivo, totalizaram R\$ 1,5 milhão, tendo entre outros beneficiários o Conselho Estadual do Idoso, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Fundação Faculdade de Medicina. Reafirmando seu compromisso com a ética e a integridade, a Prodesp aderiu ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, que apresenta diretrizes para fortalecer as estruturas de prevenção à corrupção das organizações públicas e induzir a melhoria do perfil dos gestores públicos. A companhia também foi uma das ganhadoras da sexta edição do Prêmio Pró-Equidade de Gênero e Raça, promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Governo Federal. O prêmio representa o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas organizações a fim de fomentar a igualdade de gênero e raça e de eliminar todas as formas de discriminação no mundo do trabalho.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com o artigo 7º da Lei federal nº 13.303/2016 e a Instrução CVM nº 480/2009, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente, bem como com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Relacionamento com o Auditor Independente

Em consonância com inciso III, artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Russell Bedford Brasil Auditores Independentes foi contratada para a prestação do serviço de auditoria externa das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Declaramos que, no período findo em 31 de dezembro de 2021, a Russell Bedford Brasil não prestou outros serviços à Prodesp que possam afetar a sua independência profissional.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	969.471	373.609	Fornecedores	14	238.477	160.443
Contas a Receber de Clientes	7	315.365	163.788	Valores a Pagar Convênios	8	969.409	502.711
Valores a Receber Convênios	8	387.506	383.708	Salários e Encargos Sociais	15	121.529	85.235
Impostos a Compensar	9	43.914	20.559	Obrigações Tributárias	16	31.227	11.939
Outros Ativos Circulantes	10	66.180	64.682	Outros Passivos Circulantes	17	23.185	1.235
		<u>1.782.436</u>	<u>1.006.346</u>	Juros Sobre o Capital Próprio	18	21.138	16.176
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo				Fornecedores	14	758	82
Depósitos para Recursos		6.207	2.118	Provisão para Contingências	19	30.825	20.555
Contas a Receber de Clientes	7	19.737	18.567			<u>31.583</u>	<u>20.637</u>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	7	(19.737)	(18.567)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imposto Diferido	11	14.418	17.469	Capital Social		668.232	507.880
Impostos a Recuperar	9	14.503	6.938	Reserva de Lucros		71.949	70.392
Outros Ativos Não Circulantes	10	1.439	1.054	Prejuízo Acumulado		(82.219)	(246.087)
Investimentos		635	54	Ações em Tesouraria		(2)	(2)
Imobilizado	12	141.831	77.473			<u>657.960</u>	<u>332.185</u>
Intangível	13	133.039	19.109			<u>2.094.508</u>	<u>1.130.561</u>
		<u>312.072</u>	<u>124.215</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido			
Total do Ativo		<u>2.094.508</u>	<u>1.130.561</u>				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	1.348.600	857.780
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	(1.047.174)	(710.248)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		301.426	147.532
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	23	(134.973)	(113.410)
Participação nos Resultados		(18.451)	(15.172)
Depreciação e Amortização		(11.111)	(2.362)
Honorários da Diretoria e do Conselho	28d	(2.444)	(1.694)
Outras Receitas	24	27.938	21.008
Resultado com Baixa do Ativo Fixo		941	(931)
		<u>(138.100)</u>	<u>(112.561)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
		163.326	34.971
Resultado Financeiro Líquido	25	17.120	7.301
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		180.446	42.272
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26	(57.093)	(4.635)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		123.353	37.637
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL - R\$		9,91	3,98

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros					Lucro (Prejuízo) Acumulado	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Retidos	Ajuste de Exercícios Anteriores	Ações em Tesouraria		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	507.880	36.159	32.351	(265.666)	-	-	310.724
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	37.637	37.637
Reserva Legal	-	1.882	-	-	-	(1.882)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	265.666	-	(265.666)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(16.176)	(16.176)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	507.880	38.041	32.351	(1)	-	(246.086)	332.185
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	123.353	123.353
Reserva Legal	-	6.169	-	-	-	(6.169)	-
Reserva de Lucros	-	(38.041)	(32.351)	-	-	70.392	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(612)	(612)
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(23.096)	(23.096)
Incorporação Imprensa Oficial S.A.	160.352	14.806	50.974	-	(2)	-	226.130
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	668.232	20.975	50.974	-	(2)	(82.219)	657.960

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Em milhares de reais)

	2021	2020	2021	2020
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
a) RESULTADO AJUSTADO				
Lucro antes do IRPJ e CSLL	180.446	42.272	41.237	(1.425)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(57.093)	(4.635)	432.535	104.158
Depreciação/Amortização	27.615	48.970	609.164	190.128
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	1.170	(2.158)		
Provisão para Contingências	10.270	(98)		
Resultado com baixa de Ativo Fixo	(941)	931		
Outros ajustes do Imobilizado	15.162	688		
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	176.629	85.970		
b) VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS				
Contas a Receber de Clientes	(152.746)	17.065		
Ativo Convênios	(3.797)	(189.527)		
Impostos a Compensar	(23.354)	12.920		
Outros Ativos Circulantes	(1.501)	(19.052)		
Depósito para Recursos	(4.089)	3.976		
Impostos Diferidos	3.051	(5.395)		
Outros Ativos Não Circulantes	(7.950)	1.319		
Fornecedores	384.478	28.672		
Passivo Convênios	160.911	237.046		
Salários e Encargos Sociais	36.295	18.559		
Outros Passivos Circulantes			41.237	(1.425)
TOTAL VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS			432.535	104.158
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			609.164	190.128
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisições Ativo Imobilizado e Intangíveis			(139.381)	(34.902)
Ativos e Imobilizados Incorporação Imprensa Oficial S.A.			(81.324)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			(220.705)	(34.902)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Juros sobre Capital Próprio Pagos			(18.114)	(31.335)
Ações em Tesouraria Líquida			(2)	-
Incorporação Imprensa Oficial S.A.			225.519	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			207.403	(31.335)
(1 + 2 + 3) VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO			595.862	123.891
SALDO INICIAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO			373.609	249.718
SALDO FINAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO			969.471	373.609

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	2021	2020
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	123.353	37.637
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	123.353	37.637

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em milhares de reais)

	2021	2020
1) RECEITA BRUTA SERVIÇOS PRESTADOS	1.534.589	974.527
Serviços Prestados	1.534.818	973.300
Resultado com Baixa do Ativo Fixo	941	(931)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.170)	2.158
2) INSUMOS ADQUIRIDOS DETERCEIROS	845.804	513.751
Custo dos Serviços Prestados	769.198	435.577
Despesas Operacionais	82.025	77.258
Outros	(5.419)	916
3) VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	688.785	460.776
4) DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	39.072	45.431
5) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (3 - 4)	649.713	415.345
6) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	44.655	26.047
Receitas Financeiras	16.717	5.039
Outras Receitas	27.938	21.008
7) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	694.368	441.392
8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	%	%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	311.982 44,93%	183.029 41,47%
EMPREGADOS	243.383 35,05%	220.584 49,97%
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	123.353 17,76%	37.637 8,53%
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS	15.650 2,25%	142 0,03%
	<u>694.368</u> 100%	<u>441.392</u> 100%



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, fundada em 06 de novembro de 1969, com sede localizada na Rua Agueda Gonçalves, nº 240, na cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública que tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16, e demais disposições legais aplicáveis. A atuação da Companhia concentra-se nas áreas de desenvolvimento de sistemas, operações de TI, terceirização de processos de negócios e prestação de serviços profissionais - segurança da informação e consultoria especializada - para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado de São Paulo. Adicionalmente, a Companhia presta assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral e, mediante contratos, executa serviços de tecnologia da informação de interesse de entidades privadas, além de ser responsável pela implantação, operação e gerenciamento dos Postos de Serviços Poupatempo e operacionalização do Programa Bolsa do Povo. A visão da Prodesp é ser referenciada pela excelência no provimento de soluções contribuindo para a eficiência do setor público e para a simplificação da vida do cidadão por meio de soluções tecnológicas inovadoras.

2. INCORPORAÇÃO IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

A Lei Estadual nº 17.056, de 05 de junho de 2019, autorizou a incorporação da Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, nos termos da Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 a qual finalizou o processo em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de agosto de 2021. A operação consistiu na integralidade do patrimônio da IMESP pela Prodesp que a sucedeu em todos os direitos e obrigações, ocasionando a consequente extinção da IMESP. Desta forma, a companhia inicia o fornecimento de serviços de publicação no Diário Oficial, emissão de certificados digitais e gerenciamento eletrônico de dados a qualquer interessado.

O processo iniciou com um Termo de Cooperação Institucional entre as duas empresas o qual permitiu que fossem realizados estudos e levantamentos para definições do plano de ações e o cronograma da incorporação.

Apesar de considerar a incorporação fato de extrema importância, com base na Orientação Técnica - OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma não se constitui transação relevante de negócio de modo que os efeitos pertinentes desta incorporação estão destacados ao decorrer das Notas Explicativas a seguir, bem como nas Demonstrações Financeiras, quando oportuno. No entanto, visando melhor compreensão dos dados, os saldos iniciais contabilizados pela companhia enquanto incorporadora estão apresentados a seguir:

ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa	162.885	Fornecedores	7.462
Contas a Receber de Clientes	17.488	Salários e Encargos Sociais	6.863
Impostos a Compensar	16	Obrigações Tributárias	7.222
Outros Ativos Circulantes	8.325	Outros Passivos Circulantes	16.244
	188.714		37.791
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo		Provisão para Contingências	15.018
Depósitos para Recursos	1.469		15.018
Impostos a Recuperar	7.433	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Investimentos	602	Capital Social	160.352
Imobilizado	19.634	Lucros Retidos	50.974
Intangível	61.087	Reserva Legal	14.806
	90.225	Ações em Tesouraria	(2)
			226.130
Total do Ativo	278.939	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	278.939

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas da Companhia, para o período findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância das Leis federais nº 13.303/16 e nº 6.404/76 e incorporam as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG, bem como suas interpretações, orientações e alterações posteriores, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

b. Base da preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto nas situações mencionadas nas práticas contábeis a seguir.

c. Continuidade Operacional: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, consistentes com o seu plano de negócios preparado no início de cada exercício, que compreende os planos de investimento de capital, os planos estratégicos, as metas corporativas e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos competentes, podendo sofrer alterações.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais com observância da Lei federal nº 6.404/76. A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de certas estimativas contábeis críticas, mais do que isso, necessitam que haja um exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e premissas contábeis são continuamente revisadas pela Administração. Tais estimativas podem divergir dos resultados efetivos. As premissas e estimativas críticas para as demonstrações financeiras são Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, Provisão para Impostos Diferidos, Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis, e Imobilizado.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS:

As principais políticas e práticas contábeis na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir e têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados.

a. Reconhecimento da Receita - As receitas são reconhecidas pelo regime de competência e mensurada pelo valor justo da contraprestação em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente, líquida de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicáveis. As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente.

b. Reconhecimento das Despesas - As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas relacionadas a novos produtos ou a inovações tecnológicas, são registradas como despesas do exercício em que incorrem.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Corrente - A provisão para imposto de renda foi constituída, pelo regime de tributação Lucro Real anual (estimativa mensal), à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado pelas adições, exclusões ou compensações determinadas de acordo com as regras estabelecidas pela legislação fiscal vigente.

d. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos - São reconhecidos em sua totalidade, conforme conceito descrito na NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre os ativos e passivos para fins fiscais considerando as alíquotas e as vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

e. Tributos sobre receitas - As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas (i) Paspap - Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público - 1,65%; (ii) Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - 7,6%; e (iii) ISSqn - Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza 2% a 5. Esses tributos são contabilizados como dedução de vendas na demonstração de resultado. Paspap e Cofins são calculados pelo regime da não cumulatividade, que consiste em deduzir, dos débitos apurados de cada contribuição, os respectivos créditos admitidos na legislação.

f. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio - De acordo com o estatuto social, a Política de Dividendos da Companhia e a da Lei federal nº 6.404/76 e alterações, a proposta da Administração, sujeita à ratificação na Assembleia Geral dos Acionistas, para distribuição do lucro líquido é por meio de juros sobre o capital próprio que é atribuído ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%). Qualquer valor acima ou abaixo do mínimo obrigatório somente é provisionado ou revertido na aprovação da Assembleia.

g. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos, vencidas a mais de 12 meses.

h. Imobilizado - Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A Companhia considerou o método de custo, deduzido da depreciação e eventual provisão para perdas, como sendo o melhor método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. Para os equipamentos alocados no Data Center, utilizou-se o método de depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação, referida depreciação tem fundamento no artigo 69 da Lei federal nº 3.470/58, reproduzido pelo artigo 323 do Decreto nº 9.580/18. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida.

i. Intangível - Representado por aquisição de licenças de uso de softwares, Direitos de Uso e Logiciais mensurados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil, com taxas anuais de 20% e 50% e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

j. Benefícios a empregados - Os benefícios concedidos aos empregados respeitam o regime de competência e cessam ao término do vínculo empregatício. São eles: licença por doença remunerada, participação nos resultados, auxílio creche, assistência médica, odontológica e farmacêutica, além dos benefícios previstos em lei.

k. Contingências Trabalhistas e Cíveis - As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de seus assessores legais, disponibilizadas no encerramento das demonstrações financeiras e probabilidades sobre os valores correspondentes. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento.

l. Ajuste a valor presente - Os impostos pendentes de restituição são atualizados monetariamente e contabilizados em contas específicas conforme Instrução Normativa RFB nº 1700/2017. Os demais saldos de ativos e passivos de longo prazo não requerem atualização de ajuste a valor presente, pois os preços praticados tanto para efeito de faturamento quanto para compras são firmes e fixados por edital sem inclusão de juros.

m. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes - Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, sendo considerado o menor entre os dois.

n. Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - Apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e preparada seguindo a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

o. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) - A Companhia não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda, nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro Líquido dos exercícios apresentados.

p. Endividamento - A Companhia não possui empréstimos e financiamentos onerosos. A Administração monitora de forma constante indicadores relevantes para assegurar a sua liquidez garantindo que todas as entradas de caixa fizeram frente às obrigações da Companhia de forma tempestiva, por isso não estipula limite para endividamento, conforme estatuto.

5. EFEITOS DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19:

Dando seguimento às ações realizadas no ambiente corporativo pela companhia para o controle da Pandemia desde seu início em março de 2020 e para ajudar os funcionários a tomar a decisão mais adequada quando surgem sintomas que podem gerar dúvidas, a Prodesp, em abril de 2021, disponibilizou um sistema de automonitoramento de sintomas chamado "Sistema de Controle de Sintomas da Covid-19", desenvolvido pela equipe da Gerência de Sistemas de Informações Estratégicas e Operacionais que pode ser utilizado por funcionários Prodesp e por terceiros que tenham e-mail corporativo com domínio @sp.gov.br ou @prodesp.sp.gov.br.

Em junho foi feita nova campanha de vacinação contra a gripe em modalidades *drive-thru* e por agendamento prévio para funcionários, terceiros e familiares.

Em agosto iniciou a retomada ao trabalho presencial, com levantamento de dados estatísticos com a recepção dos comprovantes de vacinação contra Covid-19 desde a primeira dose até a dose de reforço.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	2021	2020
Caixa	5	22
Bancos	8	21
Aplicação Financeira	969.458	373.566
	969.471	373.609

Uma vez que os valores estão registrados no CNPJ da Prodesp, os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras dos Programas Poupatempo e Bolsa do Povo compõe o valor do quadro acima e segue detalhado no quadro a seguir:

a. Poupatempo

	2021	2020
Caixa	-	2
Bancos	1	20
Aplicação Financeira	313.560	145.289
	313.561	145.311

b. Bolsa do Povo

	2021	2020
Caixa	-	-
Bancos	-	-
Aplicação Financeira	306.801	-
	306.801	-

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PROVISÃO PARA CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA:

Os valores a receber estão representados por serviços prestados substancialmente a órgãos públicos em geral. A Companhia constitui a provisão para crédito de liquidação duvidosa dos valores de difícil recebimento vencidos a mais de 12 meses. Esses valores são reconhecidos pelo seu valor contratual e não são ajustados a valor presente.

a. Circulante

	2021	2020
Administração Direta	221.595	108.765
Administração Indireta	24.721	21.978
Outros Poderes	9.877	5.782
Terceiros	59.172	27.263
	315.365	163.788

Total do valor pendente exposto por quantidade de dias vencidos (*Aging List*):

	2021	2020
Vencimento		
Entre 181 a 365 dias	2.002	9.292
Entre 151 a 180 dias	776	388
Entre 121 a 150 dias	1.932	686
Entre 91 a 120 dias	3.382	689
Entre 61 a 90 dias	3.978	807
31 a 60 dias	4.976	1.116
até 30 dias	15.008	8.197
A Vencer	283.311	142.613
	315.365	163.788

b. Não Circulante

	2021	2020
Administração Direta	16.862	15.469
Administração Indireta	1.595	1.555
Outros Poderes	24	919
Terceiros	1.256	624
	19.737	18.567
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(19.737)	(18.567)

8. CONVÊNIOS:

a. Poupatempo

Apresenta o controle da Prodesp, na qualidade de executora do Programa Poupatempo (Decreto Estadual nº 42.886/98), que é responsável pela implantação, instalação, operação e adequado funcionamento dos postos e gestão dos recursos financeiros repassados pela Secretaria de Governo por meio de convênio, com emissão de notas de débito para ressarcimento/reembolso de despesas referentes à contratação de apoio a execução do Programa (parecer jurídico da Procuradoria Geral do Estado - PGE - SGGGE/SEP/SF/PGE - 1/1999). Diante deste processo, considerando que tais transações não pressupõem benefício econômico ou aumento de patrimônio líquido (NBC TG 47 - Apêndice A), os recursos financeiros não transitam no resultado da Prodesp, sendo controlados em conta patrimonial do ativo e passivo com prestação de contas mensal à Secretaria de Governo. Tendo em vista o processo como reembolso, não há incidência tributária (tema respaldado pelo parecer jurídico nº 0565/2014 - Loeser e Portela Advogados - OAB/SP nº 1.359).

Com parecer técnico emitido pela FIPECAPFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras em julho de 2021, ratificamos o entendimento de que o passivo do programa Poupatempo deve ser realizado pelo valor líquido dos tributos pagos pela companhia, ou seja, a obrigação da Prodesp - qual seja, seu passivo perante a Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - deverá ser diminuída dos tributos incorridos e pagos em decorrência do Convênio.

Portanto, para o exercício de 2021, a companhia identificou os tributos incidentes nas receitas auferidas do Poupatempo para repasse à Secretaria do Governo do Estado de São Paulo através das prestações de contas. Os efeitos tributários anteriores a 2020 permanecem em avaliação pela companhia para apresentação à Secretaria de Governo.

	2021	2020
ATIVO		
Caixas e Equivalentes	313.561	145.311
Valores a Receber	387.506	383.708
Total	701.067	529.019
PASSIVO		
Fornecedores	37.425	26.308
Valores a Pagar	663.642	502.711
Total	701.067	529.019

Os valores correspondentes a "Valores a Receber" e "Valores a Pagar" estão demonstrados nos quadros abaixo:

	2021	2020
Valores a Receber - Convênio Poupatempo (i)	363.433	369.327
Valores a Receber - Condomínios Poupatempo (ii)	22.818	13.428
Valores a Receber - Exploração Comercial (iii)	1.255	953
	387.506	383.708

(i) Valores a Receber - Convênio Poupatempo: Esta conta corresponde às despesas de gerenciamento realizadas nos Postos Poupatempo, aguardando ressarcimento/reembolso;

(ii) Valores a Receber - Condomínios Poupatempo: São despesas referentes à instalação, operação e adequado funcionamento dos postos que são rateados para o ressarcimento das entidades/órgãos que estão alocados dentro dos postos. Estes valores são utilizados para pagamentos de despesas que não estão incluídas no ressarcimento do convênio.

(iii) Valores a Receber - Exploração Comercial: Receitas oriundas de exploração comercial das áreas destinadas à prestação de serviços de apoio de papeleria, foto, café, xerox e outros.





Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2021

Valores a Pagar - Convênio Poupatempo (iv)	Nota	2021	2020
	14	663.642	502.711
		663.642	502.711

(iv) Valores a Pagar - Convênio Poupatempo: Como a movimentação das contas Poupatempo é controlada em conta patrimonial do ativo e passivo com prestação de contas mensal à Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, esta conta é correspondente as notas emitidas de ressarcimento do convênio, receitas oriundas de condomínio e exploração comercial, além dos rendimentos financeiros de aplicações financeiras, desconsiderando valores que foram contemplados nas prestações de conta apresentadas à Secretaria ao final do período.

Além dos gastos com gerenciamento dos postos, também são observados nos controles da companhia os processos trabalhistas e cíveis que totalizam R\$ 61.642 mil. Os valores são de responsabilidade da Secretaria do Governo e em caso de condenação serão assumidas pela mesma.

Processos Trabalhistas:			
Prováveis é de	14.153	mil	
Possíveis é de	24.004	mil	
Remotas é de	644	mil	
Processos Cíveis:			
Prováveis é de	353	mil	
Possíveis é de	22.488	mil	
Remotas é de	-	mil	

b. Bolsa do Povo

Em 19 de julho de 2021, foi assinado o convênio SEGOV nº 001/2021, dando início ao Programa Bolsa do Povo, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 65.812, de 23 de junho de 2021, criado pela Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021 com o objetivo de concentrar a gestão de benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, instituídos para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Os recursos financeiros não transitam no resultado da Prodesp, sendo controlados em conta patrimonial do ativo e passivo com emissão de nota de débito, conforme o plano de trabalho e prestação de contas mensal à Secretaria de Governo.

A Companhia tem como responsabilidade manter os recursos financeiros em aplicações financeiras até que seu valor seja liberado para transferência aos beneficiários do programa e para tanto adotamos a mesma regra do convênio Poupatempo com relação às receitas financeiras, onde os tributos auferidos e pagos pela companhia são repassados à Secretaria do Governo do Estado de São Paulo através das prestações de contas.

	2021	2020
ATIVO		
Caixas e Equivalentes	306.801	-
Total	306.801	-
PASSIVO		
Fornecedores	1.034	-
Valores a Pagar	305.767	-
Total	306.801	-

Os valores correspondentes a "Valores a Pagar" estão demonstrados nos quadros abaixo:

Valores a Pagar - Convênio Bolsa do Povo (i)	2021	2020
	305.767	-
	305.767	-

(i) Valores a Pagar - Convênio Bolsa do Povo: Como a movimentação das contas é controlada em conta patrimonial do ativo e passivo, esta conta é correspondente às notas emitidas do convênio, assim como recebimentos aplicados para liberação e emissão de nota de débito posterior quando da transferência para os beneficiários, além dos rendimentos financeiros de aplicações financeiras, desconsiderando valores que foram contemplados nas prestações de conta apresentadas à Secretaria ao final do período.

9. IMPOSTOS A COMPENSAR E IMPOSTOS A RECUPERAR:

Encontram-se demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por impostos e encargos, atualizados, com exceção do ISSqn, oportunamente pela taxa Selic. O valor de IPI a Receber refere-se a crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados, oriundo de aquisições de matérias-primas na produção de produtos gráficos na empresa incorporada Imprensa Oficial do Estado - IMESP, os quais foram solicitados ressarcimento através de PER/DCOMP e aguarda liberação de pagamento da Receita Federal do Brasil.

a. Impostos a Compensar

	2021	2020
COFINS	6.578	4.547
Contribuição Social	3.124	2.511
IPI a Receber	13	-
Imposto de Renda	15.211	11.669
INSS	17.128	531
ISSqn	420	316
PASEP	1.440	985
Total	43.914	20.559

b. Impostos a Recuperar

	2021	2020
INSS	6.800	6.670
PASEP	223	221
Imposto de Renda	4.702	-
IRPJ/Contribuição Social	2.778	47
Total	14.503	6.938

10. OUTROS ATIVOS:

a. Circulante: Compreendem

(i) Outros Valores a Receber - representam valores a receber das multas aplicadas a fornecedores, além de Salários e Encargos de Funcionários Cedidos;

(ii) Despesas do Exercício Seguinte - a Companhia permanece com sua política constante de atualizações tecnológicas por meio de efetivação de contratos de locação de softwares, os quais são contabilizados em despesas do exercício seguinte para apropriação em suas devidas competências, conforme previsto nos contratos;

(iii) Adiantamento a Funcionários - adiantamento de Férias e da 1ª Parcela do 13º salário concedido por ocasião do gozo de férias.

(iv) Estoques de Materiais - representa em sua maioria produtos editoriais, matéria-prima, entre outros reconhecidos pela incorporação e aguardando decisão da administração da companhia para movimentação futura, além dos cartões de certificados digitais.

	2021	2020
Outros Valores a Receber	2.125	2.023
Despesas do Exercício Seguinte	46.875	56.910
Adiantamento a Funcionários	2.760	2.275
Estoques de Materiais	6.961	251
Outros	7.459	3.223
Total	66.180	64.682

b. Não Circulante: Compreendem

(v) Valores a Receber - valores pagos de processos trabalhistas aguardando ressarcimento de órgão responsável; e

(vi) Outras Despesas Antecipadas - a Companhia permanece com sua política constante de atualizações tecnológicas por meio de efetivação de contratos de locação de softwares, os quais são contabilizados em despesas do exercício seguinte para apropriação em suas devidas competências, conforme previsto nos contratos.

	2021	2020
Valores a Receber	606	533
Outras Despesas Antecipadas	833	521
Total	1.439	1.054

11. PROVISÃO PARA IMPOSTO DIFERIDO:

Os ativos fiscais diferidos, cuja dedutibilidade seja provável, são reconhecidos com relação às diferenças tributáveis, ou seja, diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor do ativo for recuperado. Os impostos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, conforme demonstrados a seguir:

	2021	2020
1. PROVISÕES	42.769	42.284
Contingências Trabalhistas (Provisão + Var. Monetária Passiva)	6.319	5.585
Provisão para Licença Prêmio	2	11
Prov. Sal. Enc. Sociais e Part. Resultado	36.448	36.688
2. TOTAL ADIÇÕES	42.769	42.284
3. REVERSÃO PROVISÕES	51.670	26.348
Reversão Prov. p/Conting Trab e Outras	11.067	2.170
Reversão Prov. p/Licença Prêmio	128	-
Reversão Prov. Sal. Enc. Sociais e Part. Resultado	40.475	24.178
4. TOTAL EXCLUSÕES	51.670	26.348
5. BASE DE CÁLCULO DO IRPJ e CSLL (2 - 4)	(8.901)	15.936
6. CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA		
6.1. I.R. - 15%	(1.335)	2.390
6.2. I.R. - Adicional 10%	(914)	1.570
7. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	(2.249)	3.960
8. CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		
8.1. CSLL - 9%	(802)	1.434
9. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA	(802)	1.434
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (IR + CSLL Diferidos)	17.469	12.075
PROVISÃO DO EXERCÍCIO (7 + 9)	(3.051)	5.394
SALDO BALANÇO PATRIMONIAL (IR + CSLL Diferidos)	14.418	17.469

12. IMOBILIZADO:

Os bens imobilizados registrados na empresa incorporada pela companhia foram incluídos na movimentação como Incorporação, bem como as devidas depreciações acumuladas registradas.

O imobilizado da Imprensa Oficial foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável durante a fase de diligência da incorporação. Além disso, em janeiro de 2022, os bens instalados no parque gráfico, na antiga sede da empresa incorporada, que refletem os valores mais relevantes absorvidos pela Prodesp passaram por avaliação de especialista externo. Em ambos os casos verificamos valores superiores ao registrado, portanto os ativos foram registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, conforme disposto na NBC TG 01. Para os demais bens, durante o exercício, não houve indicativos, internos ou externos, conhecidos pela companhia, conforme item 12 da NBC TG 01, que possam gerar dúvidas de que os ativos estejam registrados por valor acima ao de sua recuperação.

a. Saldos Patrimoniais

	Taxa anual depreciação %	2021				2020				
		Depreciação		Depreciação		Depreciação		Depreciação		
		Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Terrenos	6.141	-	6.141	3.161	-	3.161	-	-	-	3.161
Edifícios	4	49.624	(45.699)	3.925	24.575	(23.957)	618	-	-	618
Instalações	5	116.605	(86.047)	30.558	75.183	(47.174)	28.009	-	-	28.009
Benefetorias	5	70.526	(64.148)	6.378	70.496	(63.080)	7.416	-	-	7.416
Eqtos. Operacionais	20	519.242	(435.547)	83.695	366.964	(339.471)	27.493	-	-	27.493
Eqtos. Não Operacionais	10	41.838	(31.350)	10.488	31.508	(21.150)	10.358	-	-	10.358
Veículos	20	1.261	(1.032)	229	370	(370)	-	-	-	-
Outras Imobilizações	-	417	-	417	418	-	418	-	-	418
Total		805.654	(663.823)	141.831	572.675	(495.202)	77.473			

b. Movimentação

	2020	Aquisições	Baixas	Transf. entre contas	Incorporação	Depreciações	2021
Terrenos	3.161	-	-	-	2.980	-	6.141
Edifícios	618	-	(14.933)	-	18.567	(327)	3.925
Instalações	28.009	3.869	(399)	-	4.159	(5.080)	30.558
Benefetorias	7.416	30	(1)	-	-	(1.067)	6.378
Eqtos. Operacionais	27.493	64.175	(1.087)	(139)	7.172	(13.919)	83.695
Eqtos. Não Operacionais	10.358	1.082	(201)	24	440	(1.215)	10.488
Veículos	-	-	-	-	229	-	229
Outras Imobilizações	418	-	(1)	-	-	-	417
Total	77.473	69.156	(16.622)	(115)	33.547	(21.608)	141.831

	2019	Aquisições	Baixas	Transf. entre contas	Depreciações	2020
Terrenos	3.161	-	-	-	-	3.161
Edifícios	648	-	-	-	-	(30)
Instalações	29.253	1.399	-	-	-	(2.643)
Benefetorias	9.290	34	-	-	-	(1.908)
Eqtos. Operacionais	32.238	24.491	(2.935)	440	-	(26.741)
Eqtos. Não Operacionais	11.358	781	(459)	-	-	(1.322)
Veículos	1	-	(27)	-	-	26
Outras Imobilizações	1.299	-	(3.463)	-	-	2.582
Total	87.248	26.705	(6.884)	440	(30.036)	77.473

Sendo a movimentação do saldo transferido pela incorporação, conforme quadro a seguir:

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos	2.980	-	2.980
Edifícios	39.982	(21.415)	18.567
Instalações	37.953	(33.794)	4.159
Benefetorias	-	-	-
Eqtos Operacionais	89.329	(82.157)	7.172
Eqtos. Não Operacionais	9.426	(8.986)	440
Veículos	891	(662)	229
Outras Imobilizações	-	-	-
Total	180.560	(147.014)	33.547

13. INTANGÍVEL:

Os bens registrados na empresa incorporada pela companhia foram incluídos na movimentação como Incorporação, bem como as devidas amortizações acumuladas registradas. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura.

a. Saldos Patrimoniais

	2021				2020				
	Amortização		Amortização		Amortização		Amortização		
	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Software	392.069	(259.030)	133.039	253.685	(234.576)	19.109	-	-	-
Total	392.069	(259.030)	133.039	253.685	(234.576)	19.109			

b. Movimentação

	2020	Aquisições	Baixas	Transf. entre contas	Incorporação	Amortização	Acumulada	2021
Software	19.109	70.634	(74)	116	61.087	(17.833)	133.039	
Total	19.109	70.634	(74)	116	61.087	(17.833)	133.039	
	2019	Aquisições	Baixas	Transf. entre contas	Incorporação	Amortização	Acumulada	2020
Software	25.022	8.197	(23)	(440)	-	(13.647)	19.109	
Total	25.022	8.197	(23)	(440)	-	(13.647)	19.109	

Sendo a movimentação do saldo transferido pela incorporação, conforme quadro a seguir:

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Software	67.709	(6.622)	61.087
Total	67.709	(6.622)	61.087

14. FORNECEDORES:

Compreendem:

Circulante			
Fornecedores (i)	Nota	2021	2020
Valores a Pagar - Convênios	8	238.477	160.443
		969.409	502.711
		1.207.886	663.154
Não Circulante			
Não Circulante (ii)		758	82
		758	82

(i) São apropriados pelo efetivo recebimento de bens e serviços, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Dado ao curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Sendo deste total o valor correspondente a Convênios conforme quadro abaixo.

	2021	2020
Fornecedores Poupatempo	37.425	26.308
Fornecedores Bolsa do Povo	1.034	-
Total	38.459	26.308

(ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Um percentual é retido no valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS:

A Companhia provisiona os salários, férias, honorários e programa de participação dos resultados a pagar adicionados aos encargos sociais correspondentes, tais como, FGTS, INSS, além das contribuições de COFINS e PASEP pelo regime de competência. O Decreto 41.497, de 26 de dezembro de 1996, dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros ou resultados das empresas estatais. A provisão realizada pela PRODESP é feita com base na folha de pagamento de janeiro do ano corrente, acrescida do dissídio previsto no ano.

O Decreto 65.463, de 12 de janeiro de 2021, dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos e de acordo com o artigo 1º, inciso IV, fica suspenso até 31 de dezembro de 2021 a fixação de metas e a realização de avaliações referentes a bonificações e participações nos resultados que possam importar a assunção de despesas adicionais. Em dezembro de 2021, a companhia realizou o lançamento da provisão da participação de resultados, considerando o recurso efetivado pela PRODESP para efetivar a distribuição seguindo as orientações do parágrafo 2º, artigo 1º, do mesmo Decreto e a aprovação do Conselho de Administração.

O dissídio coletivo de 2021 foi aprovado em Assembleia realizada em 26 de dezembro de 2021 no valor de 5,45% sendo aplicado em dezembro de 2021 e o valor retroativo de janeiro a novembro foi provisionado ao longo do exercício de 2021, conforme competência, e tem pagamento previsto para 2022.



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2021

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

Compreendem:

	2021	2020
IR a Pagar/Fonte	9.834	6.556
IRPJ a Pagar	8.395	-
CSLL a Pagar	3.667	-
INSS a Pagar/Fonte	3.208	2.534
ISS a Pagar	4.947	2.027
ISS a Pagar/Fonte	832	748
PIS, COFINS e CSLL/Fonte	265	-
Outros Impostos e Taxas	79	74
	31.227	11.939

17. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES:

Compreendem:

(i) Adiantamento de Clientes - é composto de créditos dos clientes do e-commerce para agendamentos nas Autoridades de Registro - AR da companhia para a emissão dos Certificados Digitais e publicações no Diário Oficial. O registro na conta de adiantamento ocorre no reconhecimento do pagamento realizado pelo cliente no sistema e-commerce e é debitado no reconhecimento da receita, conforme disposições da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 47 (R14) - Receita de Contrato com Clientes.

(ii) Contas a Pagar - são valores a liquidar de instituições financeiras que fazem transações consignadas em nossa folha de pagamento e mensalidade sindical, tais valores são liquidados no dia útil seguinte ao processamento das referidas informações, além das transferências futuras entre PRODESP e Convênios.

(iii) Depósitos em caução que são garantias constituídas em espécie por fornecedores para assegurar o cumprimento das cláusulas contratuais.

	2021	2020
Adiantamento de Clientes	266	-
Contas a Pagar	20.432	874
Cauções e Depósitos	2.354	319
Incentivos Fiscais a pagar	44	42
Parcelamento de Obrigações	89	-
	23.185	1.235

18. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:

De acordo com a faculdade prevista na Lei Federal nº 9.249/95, a Companhia calculou os juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação vigente, respeitando o limite de variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) vigente no exercício, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. O montante de R\$ 23.096 mil, aprovado pelo **Conselho de Administração em 15 de Dezembro de 2021, (R\$ 16.176 mil em dezembro de 2020)**, os juros sobre o capital próprio são demonstrados diretamente no Patrimônio Líquido, em contrapartida ao passivo circulante, conforme disposto no item 15 da NBC TG 9.

	2021	2020
Juros Sobre o Capital Próprio do período	23.096	16.176
Juros Sobre o Capital Próprio a pagar de exercícios anteriores	16.176	31.335
(-) JCP pagos de exercícios anteriores	(16.176)	(31.335)
(-) Adiantamento pago aos acionistas	(1.958)	-
	21.138	16.176

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratarem esses pagamentos como despesa dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Deste modo, os impostos foram reduzidos em R\$ 7.714 mil, aproximadamente, em decorrência da dedução dos juros sobre o capital próprio (benefício fiscal).

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

Com base na análise individual dos processos ajuizados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas e cíveis no Passivo Não Circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos trabalhistas e cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo de que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia.

	Saldo em 2020	Adições (I)	Baixas/ Reversões (II)	Atualização Monetária (III)	Transf. Incorporação (IV)	Saldo em 2021
Cíveis	253	4.584	102	-	94	4.829
Tributária	-	-	-	-	3.434	3.434
Total	20.555	6.317	11.066	-	15.019	30.825

	Saldo em 2019	Adições (I)	Baixas/ Reversões (II)	Atualização Monetária (III)	Transf. IMESP (IV)	Saldo em 2020
Cíveis	279	-	26	-	-	253
Total	20.653	2.292	2.390	-	-	20.555

(I) Correspondem ao complemento das provisões para riscos trabalhistas e cíveis, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuadas pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Despesas Gerais e Administrativas", na Demonstração do Resultado.

(II) Representadas pela reversão de provisão para riscos trabalhistas e cíveis em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Companhia, seguindo exclusivamente a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25.

(III) Os registros até o dia 31 de dezembro de 2021 são atualizados monetariamente pela TR mensal, desde 2017 a TR está zero.

(IV) Os saldos dos processos com perdas consideradas prováveis da incorporada IMESP foram transferidos para a companhia e estão sob responsabilidade da Gerência Jurídica para análise conforme processo determinado pela companhia incorporadora.

Processos trabalhistas

As ações trabalhistas quando iniciadas são consideradas com probabilidade de perda possível. Foram criados critérios de provisionamento dos processos conforme a fase (processo novo, decisões de mérito e execução), as ações são reclassificadas com probabilidade de perda provável, possível ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. As ações trabalhistas propostas por empregados atuais e desligados da PRODESP, bem como de suas prestadoras de serviços, correspondem à discussão de inúmeras verbas, tais como: diferenças salariais e de horas extras; equiparação salarial; reintegração; plano de saúde; multas normativas; e benefícios previstos em convenções coletivas, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão registrada para perdas **Prováveis** em trabalhistas foi de R\$ 22.562 mil, além do montante de R\$ 16.485 mil de causas **Possíveis** não contabilizadas.

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão registrada para perdas **Prováveis** em cíveis foi de R\$ 4.829 mil, além do montante de R\$ 32.917 mil de causas **Possíveis** não contabilizadas.

Processos tributários

Processos incorporados da Imprensa Oficial do Estado - IMESP com exigibilidade suspensa listados no relatório de Diagnóstico Fiscal da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 3.434 mil.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor registrado corresponde a cinco processos, sendo quatro referente a compensação de tributos com crédito de IPI e um referente a compensação de tributos com saldo negativo de CSLL.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a. Capital social:

Em decorrência da incorporação, o capital social da companhia foi aumentado em R\$ 160.352 mil mediante emissão de 2.985.932.465 (dois milhões, novecentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e trinta e duas mil, quatrocentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da PRODESP, subscritas pelos acionistas IMESP na proporção de suas participações. Por conseguinte, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 668.232 mil, estando representadas por 12.443.221.271 (doze bilhões, quatrocentos e quarenta e três milhões, duzentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e um) ações ordinárias sem valor nominal.

b. Reserva de lucros: Constituída por:

(i) Reserva Legal - Constituída pela razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício até o limite de 20% do capital social e a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social, nos termos do artigo 193, caput e § 1º da Lei federal nº 6.404/76, mais o valor de R\$ 14.806 mil incorporados. O saldo de reserva constituída até o exercício de 2020 foi utilizada para redução do prejuízo acumulado, conforme artigos 189 e 193 da Lei federal nº 6.404/76 e decisão em Assembleia Geral Ordinária em 20 de abril de 2021.

(ii) Lucros Retidos - Lucro do exercício da empresa incorporada no valor de R\$ 50.974 mil. O saldo foi utilizado para redução do prejuízo acumulado, conforme artigo 189 da Lei federal nº 6.404/76 e decisão em Assembleia Geral Ordinária em 20 de abril de 2021.

(iii) Prejuízos Acumulados - Referente a ajustes de exercícios anteriores e reduzidos conforme legislação.

Os valores supracitados referentes a incorporação apontado no Laudo de Avaliação terá destinação por deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:

Composta pelos valores dos contratos de prestação de serviços para os clientes da Administração Direta e Indireta que têm como base a dotação e respectivas suplementações orçamentárias constantes do Orçamento do Estado de São Paulo, e serviços de publicação no Diário Oficial, emissão de certificados digitais e gerenciamento eletrônico de dados prestados a qualquer interessado. Evidenciados abaixo pela receita bruta e suas respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultado da Companhia.

	2021	2020
Receita Bruta	1.534.818	973.300
Deduções		
ISS	(32.196)	(21.861)
PIS	(24.410)	(16.034)
COFINS	(112.437)	(73.852)
Abatimentos	(17.176)	(3.773)
	(186.219)	(115.520)
Receita Operacional Líquida	1.348.599	857.780

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Compreendem:

	2021	2020
Salários	(157.265)	(154.771)
Encargos Sociais	(92.751)	(76.832)
Locação/Manut. Equipamentos Operacionais	(7.127)	(5.626)
Serviços de Terceiros	(503.263)	(310.908)
Materiais de Processamento de Dados	(193)	(191)
Atualização/Subscrição Software	(217.872)	(76.077)
Depreciação de Equipamento Operacional	(12.140)	(9.215)
Amortização de Encargos Iniciais e Prog. Produto	(15.821)	(33.854)
Outros Custos	(40.742)	(42.774)
	(1.047.174)	(710.248)

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:

Compreendem:

	2021	2020
Salários	(47.766)	(39.775)
Encargos	(28.538)	(17.052)
Despesa de Administração	(52.543)	(38.517)
Provisão Férias e Encargos	(6.539)	(2.219)
Provisão Salários e Encargos Sociais	7.676	(6.290)
Provisão para Contingência Trabalhista	4.748	98
Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(1.170)	2.158
Despesas Tributárias Diversas	(4.476)	(1.752)
Outras Despesas	(6.554)	(6.644)
Provisão para Perdas	189	(3.417)
	(134.973)	(113.410)

24. OUTRAS RECEITAS:

As receitas não operacionais auferidas até 31 de dezembro de 2021 e 2020 são compostas:

	2021	2020
Receitas Imobilizado PPT (i)	14.597	18.202
Receita de Multas Contratuais	3.472	1.438
Recuperações	4.933	1.276
Outras	4.936	92
	27.938	21.008

(i) Receitas Imobilizado PPT: Conforme plano de trabalho do convênio Poupatempo, a Prodesp faz aquisições para os itens de "Inovação e ferramentas de gestão" e "Implantação de plataforma tecnológica para gestão da experiência do cidadão". Esses bens são registrados no ativo da Prodesp por serem de total responsabilidade da companhia, permanecendo assim mesmo na possibilidade de encerramento do convênio. Em contrapartida, o valor é reconhecido como receita, uma vez que os itens são adquiridos pelo convênio para sua execução, conforme nota explicativa 8.

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO:

Compreendem:

a. Receitas Financeiras

	2021	2020
Receita de Aplicações em Títulos Públicos	16.425	4.802
Variações Monetárias Ativas	481	2.404
Receita de Juros e Correção Monetária	292	237
	17.198	7.443

b. Despesas Financeiras

	2021	2020
Juros	(27)	(2)
Variações Monetárias Passivas	-	(3)
Desconto Financeiro	(51)	(137)
	(78)	(142)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO:

Os valores registrados como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido nas demonstrações financeiras estão constituídos sobre o lucro tributável de acordo com legislação vigente, sendo calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

	Nota	2021	2020
Imposto de Renda			
Resultado Contábil Antes do IRPJ e CSLL		180.446	42.272
(+) Adições		60.875	58.836
(-) Exclusões		(74.767)	(69.703)
Resultado Fiscal do Período		166.554	31.405
IRPJ Devido (15%)		24.983	4.710
Adicional do Imposto de Renda (10%)		16.631	3.117
(-) Deduções Incentivo Fiscal - PAT		(999)	(188)
Imposto de Renda Corrente		39.112	7.222
Imposto de Renda Diferido (25%)	11	2.249	(3.960)
		41.361	3.262
Contribuição Social			
Resultado Contábil Antes do IRPJ e CSLL		180.446	42.272
(+) Adições		60.213	58.623
(-) Exclusões		(74.766)	(69.703)
Base de Cálculo para Contribuição Social		165.893	31.192
Contribuição Social Corrente (9%)		14.930	2.807
Contribuição Social Diferido (9%)	11	802	(1.434)
		15.732	1.373

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia aprovou em 25 de agosto de 2021, conforme artigo 19 de seu Estatuto Social, o Plano Anual de Seguros e possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros incluindo as atividades incorporadas da IMESP.

Ramo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Edificações, máquinas, equipamentos e utensílios	Empresarial/Master (multirisco)/Incêndio/	
Seguro de Vida ¹	Roubo	364.609
Responsabilidade de Executivo	Vida Empresarial	44.005
(D&O - Directors and Officers)	Responsabilidade Civil	10.000
Responsabilidade Civil Profissional (E&O - Certificados)	Responsabilidade Civil	1.000
Outros	Transporte de documentos e veicular	275

¹Importância segurada calculada com base na quantidade de funcionários em dez/2021

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item 4.1 da sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16, disponível em www.prodesp.sp.gov.br (Empresa > Governança Corporativa > Governança > Regimentos e Políticas)





Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2021

a. Saldos a Receber

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica "Contas a Receber de Clientes", no Ativo Circulante e Não Circulante detalhado no item 6 destas Notas Explicativas.

	2021	2020
Circulante		
Administração Direta	221.595	108.765
Administração Indireta	24.721	21.978
Convênios	387.506	383.708
	633.822	514.451
Não Circulante		
Administração Direta	16.862	15.469
Administração Indireta	1.595	1.555
	18.457	17.024
Total Partes Relacionadas	652.279	531.475

b. Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrados na rubrica "Outras Contas a Receber", no Ativo Circulante, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 31 de dezembro de 2021, o total de notas de débitos emitidas referente a funcionários cedidos pela PRODESP a outras entidades estaduais somaram R\$ 2.874 mil (R\$ 3.190 mil em Dezembro de 2020).

A composição dos valores pendentes de recebimento referente a funcionários cedidos está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Secretaria da Fazenda e Planejamento	192	277
Departamento Estadual de Trânsito	64	164
Instituto de Assist. Médica ao Servidor Público Estadual	229	26
Secretaria de Governo	7	29
Secretaria Especial de Relações Internacionais	25	-
	517	496

c. Serviços prestados para partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, o montante dos serviços prestados pela PRODESP para partes relacionadas atingiu o valor de R\$ 1.187.181 mil (R\$ 790.549 mil, em dezembro 2020).

	2021	2020
Administração Direta	1.020.077	655.334
Administração Indireta	167.104	135.215
	1.187.181	790.549

d. Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio dos Pareceres CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado) nº 001/2018 e 001/2019, baseada no desempenho e competitividade de mercado, relacionados ao negócio da Companhia estando sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada à remuneração do Governador do Estado. A remuneração de cada membro do Conselho de Administração é de R\$ 6.581,79 e do Conselho Fiscal, R\$ 4.387,86 que correspondem a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração de cada Diretor que é R\$ 21.939,31, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal. A remuneração de cada membro do Comitê de Auditoria é fixada em R\$ 10.747,49.

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, com os montantes de janeiro a dezembro de 2021 e 2020 registrados na rubrica "Honorários", foi de R\$ 2.444 mil e R\$ 1.694 mil, conforme demonstrado abaixo.

	2021	2020
	Remuneração	Remuneração
Conselho de Administração	424	371
Comitê de Auditoria	529	419
Conselho Fiscal	238	228
Diretoria Executiva	1.253	676
Total	2.444	1.694

O total mensal de membros remunerados nos períodos está demonstrado a seguir:

Membros Remunerados em 2021

	Março	Junho	Setembro	Dezembro
Conselho de Administração	4	4	6	6
Comitê de Auditoria	3	3	5	4
Conselho Fiscal	4	3	5	5
Diretoria Executiva	2	2	4	4
Total	13	12	20	19

Membros Remunerados em 2020

	Março	Junho	Setembro	Dezembro
Conselho de Administração	5	4	4	5
Comitê de Auditoria	3	3	3	3
Conselho Fiscal	4	4	4	4
Diretoria Executiva	2	3	2	3
Total	14	14	13	15

Os números de membros dos colegiados, em 31 de dezembro ao fim do período, eram:

	2021	2020
	Número de membros	Número de membros
Conselho de Administração	7	6
Comitê de Auditoria	4	3
Conselho Fiscal	5	4
Diretoria Executiva	4	3
Total	20	16

Conforme estatuto da Companhia integrará o Conselho de Administração o Diretor-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

e. Juros sobre Capital Próprio a Pagar

O saldo a pagar de JCP está registrado na rubrica "Juros sobre o Capital Próprio", no Passivo Circulante, detalhados no item 18 das Notas Explicativas.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2021, têm sua divulgação autorizada pelo Conselho de Administração conforme ata de reunião realizada no dia 15 de março de 2022.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES:

Dissídio 2021: Conforme exposto na nota 15 deste documento, o dissídio coletivo de 2021 foi aprovado em 5,45%, efetivando em janeiro de 2022 o pagamento de R\$ 14.339 mil, dos quais R\$ 14.163 mil já estavam provisionados no exercício de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

Taboão da Serra - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO ("PRODESP ou Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PRODESP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a PRODESP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 28, a Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item 4.1 da sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16. De acordo com os itens "a" e "d" da referida Nota Explicativa, em 31 de dezembro de 2021 o montante dos saldos a receber pela PRODESP decorrentes de transações com partes relacionadas atingiu o valor de R\$ 652.279 (2020 de R\$ 531.475 mil) e dos serviços prestados pela PRODESP no valor de R\$ 1.187.181 (2020 de R\$ 790.549 mil). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Provisão para o programa de participação nos resultados - PPR

A companhia possui Provisão para o Programa de Participação nos Resultados - PPR no passivo circulante no valor de R\$ 18.316 em 31 de dezembro de 2021 (2020 de R\$ 15.906 mil), conforme descrito na Nota Explicativa nº 15, constituída com a concordância da diretoria executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, no entanto, o governo do Estado de São Paulo através do Decreto nº 65.463/2021 dispôs medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da Emergência em Saúde Pública Internacional, no contexto da pandemia da COVID-19 gerando incerteza quanto a realização desta obrigação. Em dezembro de 2021, a Companhia realizou o lançamento da provisão da participação de resultados, considerando o recurso efetivado pela Prodesp para efetivar a distribuição seguindo as orientações do parágrafo 2º, artigo 1º, do mesmo Decreto e a aprovação do Conselho de Administração. A provisão constituída representa o valor máximo a ser desembolsado pela Companhia, mas seu pagamento está vinculado ao atingimento de indicadores ligados ao planejamento estratégico e indicadores individuais, que definirão a linha de base e a meta a ser atingida, valor ainda não definido até a presente data o que não possibilitou o ajuste na provisão. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da PRODESP, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2022

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/2
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico





Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2021

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2021

O Conselho Fiscal da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP reuniu-se nos termos da legislação vigente e do estatuto da Sociedade, para examinar e dar parecer sobre o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, do Movimento das Contas do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas. Baseando-se nos exames e verificações que efetuou mensalmente nos balancetes da Companhia, no relatório final dos auditores independentes e nos esclarecimentos da diretoria e do Comitê de Auditoria Estatutário, deliberou considerar as referidas Demonstrações Financeiras em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 16 de março de 2022

Amauri Gavião Almeida Marques da Silva
João Henrique Poiani
Paulo José Galli
Rodrigo Bezerra da Silva
Vera Helena Villaça

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: João Germano Böttcher Filho. **Conselheiros:** Angela Aparecida Seixas - Membro Independente (até 06/10/2021), Carlos André de Maria de Arruda, Fernando Luiz Ramos Pompeia (a partir de 23/08/2021), Gustavo de Magalhães Gaudie Ley, João Carlos Castilho Garcia - Membro Independente (a partir de 07/10/2021), José Geraldo dos Santos - Membro Independente, Paulo Henrique Cardoso - Membro Independente (a partir de 23/08/2021).

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente: Carlos André de Maria de Arruda. **Diretora Administrativo-Financeira:** Izabel Camargo Lopes Monteiro. **Diretor de Desenvolvimento de Sistemas:** Murilo Mohring Macedo (cumulativamente). **Diretor de Operações:** Carlos André de Maria de Arruda (cumulativamente, a partir de 04/04/2022; e entre 01/01/2021 e 25/08/2021) / Douglas Viudez (de 25/08/2021 até 04/04/2022). **Diretor de Serviços ao Cidadão:** Murilo Mohring Macedo.

CONTADORA

Roberta Capote Costa - CRC-SP 1SP296.268/O-7



| Secretaria de Governo

